



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

GABRIEL BATISTA MOTA

**UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO EM DIVERSIDADE DE GÊNERO E
SEXUALIDADE NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL PAULISTA**

MARÍLIA
2023



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

GABRIEL BATISTA MOTA

**UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO EM DIVERSIDADE DE GÊNERO E
SEXUALIDADE NOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL PAULISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Linha de pesquisa: Psicologia da Educação - Processos Educativos e Desenvolvimento Humano.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Lemos de Souza.

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

MARÍLIA
2023

M917e Mota, Gabriel Batista
Um estudo sobre a formação em diversidade de gênero e sexualidade nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual Paulista / Gabriel Batista Mota. -- Marília, 2023
110 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Leonardo Lemos de Souza

1. Educação e sexualidades. 2. Diversidades sexuais. 3. Cursos de licenciatura. 4. Universidade Estadual Paulista.
I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Um estudo sobre a formação em diversidade de gênero e sexualidade nos cursos de licenciaturas da Universidade Estadual Paulista

AUTOR: GABRIEL BATISTA MOTA

ORIENTADOR: LEONARDO LEMOS DE SOUZA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Educação, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. LEONARDO LEMOS DE SOUZA (Participação Virtual)
Departamento de Psicologia Social / Unesp/FCL - Assis

Prof(a). Dr(a). TÂNIA SUELY ANTONELLI MARCELINO BRABO (Participação Virtual)
Departamento de Administração e Supervisão Escolar / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof. Dr. RICARDO DESIDÉRIO DA SILVA (Participação Virtual)
Campus de Apucarana / Universidade Estadual do Paraná

Marília, 10 de março de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Henrique Tahan Novaes", is positioned above the name of the coordinator.

Prof(a). Dr(a). Henrique Tahan Novaes
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Dedico este trabalho a todos(as) que sonham com um mundo justo, menos desigual, plural e totalmente aberto às diversidades, da mesma forma para aqueles que, como eu, sabem que a Educação, principalmente a pública, talvez seja uma das poucas forças universais capazes de transformar tais sonhos em realidade.

AGRADECIMENTOS

Não sou uma pessoa religiosa, mas reconheço a importância que as forças celestiais têm em nossas vidas – ou, ao menos, a ilusão de sua presença. Por isso, agradeço a todas as divindades positivas que não permitiram que eu sucumbisse à exaustão, à ansiedade e ao desespero.

Agradeço à Educação, enquanto esfera social, que sempre esteve em meu passado, presente e futuro, me amparando, dando suporte e alento. E, por falar nela, não posso deixar de agradecer a todos(as) aqueles(as) mestres que passaram pela minha existência e que foram os responsáveis por me encorajar a seguir os meus sonhos, por não permitirem que a improbabilidade se instaurasse em meu caminho e que iluminaram a minha trajetória durante a minha formação básica. Por isso, agradeço a professora Solange Ferreira, a professora Diana Encenha, a professora Edna Biscaíno, a professora Áurea Ricardo, a professora Elisabeth de Campos Simione, o professor Plínio, a professora Rosângela Cesco, a professora Tatiane Castanheira e a professora Rosângela Piovesan.

Também devo agradecer aos meus(minhas) amigos(as), de momentos distintos, que sempre estiveram ao meu lado, mesmo em minhas crises ou em minhas ausências e que nunca deixaram de me encorajar até quando nem eu conseguia ver sentido em minhas escolhas. Obrigado, Gabriela Leal, Karen Rocha, Daniel Santos Silva, Douglas Pacheco (*in memoriam*), Rosângela Franklin e Henrique Bertaglia.

Sou grato, também, pelos(as) meus(minhas) colegas de trabalho que venho ganhando e que sempre me inspiram, mesmo que eles(as) ainda não saibam. Muito obrigado, Gilmara Beraldo e Ângela Lopes.

Aos professores universitários que encontrei nesta jornada e que tanto me ensinaram, a vocês devo muito. Portanto, serei sempre grato Thaisa Bacco, Lêda Litholdo, Giselle Tomé, Marcos Vinícius Francisco, Ricardo Desidério, Tânia Brabo e Homéro Ferreira.

Obviamente tenho que deixar registrado a minha imensa gratidão ao meu orientador, o Leonardo Lemos de Souza, ou só "Léo". Que sempre me deu sábios encaminhamentos e, de coração, espero ter correspondido à altura de suas expectativas quanto a mim e ao meu projeto.

Por fim, necessito agradecer igualmente a todos(as) os(as) LGBTs que vieram, lutaram e estudaram antes de mim. A todos(as) que estiveram na Europa desde que a Igreja Católica tomou o poder. A todos(as) que estavam na Alemanha e foram presos nos campos de concentração, a vocês eu peço perdão por tudo o que passaram, mas saibam que jamais os(as) esqueceremos! Também agradeço a todos(as) que caminharam em *Stonewall*, a todos que estavam na Avenida Paulista na primeira parada LGBTQ+ do Brasil e a todos(as) que lutaram durante o século XX, mas que infelizmente ainda não sabemos os seus nomes. A vocês, eu serei eternamente grato!

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

Este estudo teve o objetivo de compreender como é a presença e o debate acerca das Diversidades sexuais nas 48 licenciaturas que a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) possui em seus 24 *campi* de atuação. A indagação que norteou essa pesquisa foi se há esta discussão nas licenciaturas unespianas e, caso existam, como este diálogo entre o ensino e a temática acontece. O referencial teórico estudado abordou a história da sexualidade, dos movimentos LGBTs e das sexualidades na escola a partir dos trabalhos de Chauí (1984), Catonné (2001), Quinalha (2022), Cunha (1981), Louro (1997), entre outros. Para o desenvolvimento desta pesquisa de caráter qualitativo, além do levantamento bibliográfico, também se utilizou análise documental dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos mencionados. Os dados foram analisados de forma qualitativa o que permitiu identificar que apenas aproximadamente 14,6% dos cursos de licenciatura da Unesp possuem uma disciplina sobre o assunto. Os resultados desta dissertação apresentam que a universidade já possui algumas disciplinas específicas sobre a temática, mas que ainda é necessário um maior aprofundamento no assunto, incentivos aos discentes e docentes permanentes para ingressarem nos estudos de gênero e sexualidade e melhoria nas políticas públicas estaduais e institucionais de construção, proposição e aceite de disciplinas obrigatórias e/ou optativas sobre essa temática na formação dos futuros professores.

Palavras-chave: Educação e sexualidades; Diversidades sexuais; Cursos de licenciatura; Universidade Estadual Paulista.

ABSTRACT

This study aimed to understand the presence and debate about sexual diversity in the 48 degrees that the São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) has on its 24 campuses. The question that guided this research was whether there is this discussion in Unesp's undergraduate courses and, if so, how this dialogue between teaching and the theme takes place. The theoretical framework studied addressed the history of sexuality, LGBT movements and sexualities at school based on the works of Chauí (1984), Catonné (2001), Quinalha (2022), Cunha (1981), Louro (1997), among others. . For the development of this qualitative research, in addition to the bibliographic survey, documental analysis of the Pedagogical Political Projects (PPPs) of the mentioned courses was also used. Data were analyzed qualitatively, which allowed us to identify that only approximately 14.6% of undergraduate courses at Unesp have a discipline on the subject. The results of this dissertation show that the university already has some specific disciplines on the subject, but that a greater depth on the subject is still necessary, incentives for students and permanent professors to enter gender and sexuality studies and improvement in state and institutional public policies construction, proposition and acceptance of mandatory and/or optional subjects on this theme in the training of future teachers.

Keywords: Education and sexualities; Sexual Diversity; Licentiate courses; Paulista State University.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	- Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
ABGLT	- Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transexuais.
CID	- Classificação Internacional de Doenças.
CAADI	- Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade.
DST	- Doenças Sexualmente Transmissíveis.
GGB	- Grupo Gay da Bahia.
GLBTT	- Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis.
ISTs	- Infecções Sexualmente Transmissíveis
LGBTs	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis.
MHB	- Movimento Homossexual Brasileiro.
OMS	- Organização Mundial da Saúde.
PCN	- Parâmetros Curriculares Nacionais.
PPP	- Projeto Político Pedagógico.
PROGRAD	- Pró-reitoria de Graduação.
PT	- Partido dos Trabalhadores.
RJ	- Rio de Janeiro.
SMED	- Secretaria Municipal de Educação.
STG	- Seção Técnica de Graduação.
TCC	- Trabalho de Conclusão de Curso.
UNESP	- Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
USP	- Universidade de São Paulo.

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Licenciaturas da Unesp e quais possuem disciplinas sobre Diversidades sexuais.
- Tabela 2** - Disciplinas sobre Diversidades sexuais nas licenciaturas da Unesp.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO.....	14
2.1 Objetivos.....	15
2.1.1 Objetivo geral.....	15
2.1.2 Objetivos específicos.....	15
2.2 Metodologia.....	15
2.2.1 Tipo de Pesquisa.....	16
2.2.2 Objeto de análise da pesquisa.....	17
2.2.3 Coleta e Análise das informações.....	18
3 SEXUALIDADE.....	18
3.1 Um breve contexto histórico.....	18
3.2 A Sexualidade e os obstáculos contemporâneos no Brasil.....	24
4 BREVE RECORTE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS LGBTs.....	29
4.1 Os primórdios da organização das ações LGBTs na Europa.....	31
4.2 As ações em prol dos movimentos LGBTs norte-americanos.....	33
4.3 As atuações dos movimentos LGBTs brasileiros.....	34
4.4 As movimentações LGBTs brasileiras: das ações sociais às propostas escolares.....	40
5 DIVERSIDADES SEXUAIS E EDUCAÇÃO.....	41
5.1 As Diversidades sexuais no contexto escolar.....	41
5.2 Um breve histórico da Formação na educação para gênero e sexualidades.....	42
5.3 A Formação de Professores para/em Diversidades sexuais.....	47
6 COLETA DE INFORMAÇÕES E DISCUSSÃO.....	51
6.1 A Curadoria de informações.....	51
6.2 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs).....	54
6.3 A Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Caadi).....	54
6.4 As disciplinas encontradas.....	55
	11

6.4.1 Reflexão sobre os planos de ensino das disciplinas.....	56
6.5 Discussão sobre as informações encontradas.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67
 ANEXO A – Trecho do relatório da Caadi sobre as licenciaturas que possuem disciplinas que abordam as diversidades sexuais e de gênero na Unesp.....	 78
ANEXO B - Plano de ensino da disciplina de “Diversidade sexual e Cotidiano escolar”.....	87
ANEXO C - Plano de ensino da disciplina de “Educação, Sociedade e Cultura”.....	93
ANEXO D - Plano de ensino da disciplina de “Formação da Identidade e Escolarização”.....	96
ANEXO E - Plano de ensino da disciplina de “Educação em Direitos Humanos”.....	99
ANEXO F - Plano de ensino da disciplina de “Educação, Sexualidade, Diversidade e relações de gênero na escola”.....	105

1 INTRODUÇÃO

As Diversidades sexuais e as suas formas de expressão são temáticas com muito potencial para ser investigado ainda por que, como uma característica humana revestida por camadas sociais (XAVIER FILHA, 2012), está sempre em mudança, construção e evolução.

Na contemporaneidade, ao contrário dos padrões de regulamentação e controle das sexualidades na Idade Média, os estudos sobre as possibilidades e liberdades sexuais ganham cada vez mais espaço na sociedade e nas ciências desde o advento da Sexologia no século XIX (FIGUEIRÓ, 2009) até as mais recentes pesquisas sobre o gênero.

Realizar o debate sobre esses assuntos no ensino superior contribui para a formação dos futuros professores, além de serem tópicos atuais em um momento histórico no qual há constantes debates na mídia acerca da linguagem neutra, do conservadorismo e/ou dos estudos que investigam as diversidades na esfera escolar.

Com isto em mente, este texto apresenta a dissertação que visa entender e analisar como as Diversidades sexuais são trabalhadas e/ou dialogadas nos 48 cursos de licenciatura oferecidos nos 24 *campi* da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Para tal, foi realizada uma análise bibliográfica e documental nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) destas formações.

Nessa organização, esse primeiro capítulo faz uma breve apresentação do que se trata esta pesquisa, seu objetivo central, objeto de pesquisa e o público com o qual ela trabalhou.

Na sequência, o segundo ponto traz os caminhos metodológicos que o autor percorreu para construir este trabalho, isto é, os objetivos, os percursos metodológicos e as justificativas pessoais, acadêmicas e sociais para a realização da presente pesquisa.

Na terceira parte deste escrito, pode-se encontrar um recorte histórico sobre a sexualidade, contendo uma discussão sobre sua importância, os caminhos e problemas – históricos e contemporâneos – que este campo enfrentou e enfrenta em sua jornada.

No quarto tópico os(as) leitores(as) poderão realizar uma análise sobre um breve resgate da história dos movimentos e ações LGBTs, desde as primeiras questões da Grécia antiga, perpassando pela incipiência desta organização na Europa e depois seus reflexos nos Estados Unidos e no Brasil.

Depois o trabalho guia para uma reflexão sobre esta temática no interior do contexto educacional, debatendo as possibilidades e, principalmente, as problemáticas e questões inerentes a este setor das discussões humanísticas.

O penúltimo capítulo apresenta a descrição dos materiais encontrados pelo mestrando, os métodos utilizados e os documentos que foram usados neste trabalho.

Por fim, o último tópico conclui o trabalho elencando as considerações do autor acerca dos seus estudos, sua visão sobre a relevância do texto construído e o que espera para o futuro.

Essas considerações foram construídas a partir das compreensões adquiridas na presente pesquisa, que teve o objetivo de estudar como se realiza a formação dos futuros professores, quanto à temática das Diversidades sexuais e do gênero, nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Para tal, o estudo aqui apresentado foi realizado a partir da pesquisa científica e do uso de processos metodológicos descritos a seguir.

2 CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO

A Educação Sexual é uma das temáticas de investigação científica que teve ganhado força no século XX como uma das consequências das duas grandes guerras daquele período (CUNHA, 1981) e que fomentou o crescimento de pesquisas acerca de suas possibilidades em vários setores, entre eles a Educação (MOTA; FRANCISCO, 2018).

Ciente da presença do assunto das Diversidades sexuais no ambiente escolar e da necessidade de que os futuros professores estejam instruídos para discutir sobre ele dentro de qualquer disciplina com seus alunos de todos os níveis da educação brasileira, desejou-se realizar este estudo visando mapear o universo das significações com profissionais da educação e analisar sua formação para este tipo de discussão.

O trabalho aqui apresentado pretendeu, com o apoio da universidade e dos cursos que aceitaram participar da pesquisa, levantar e analisar as grades curriculares das licenciaturas da Unesp objetivando compreender como a Diversidade sexual é abordada enquanto disciplina, ou conteúdo deste componente, ministrada aos futuros professores para trabalharem ou discutirem essa temática em suas salas de aula.

Em um sentido acadêmico, esta pesquisa espera incentivar ainda mais a discussão sobre a Diversidade sexual nestes espaços e que, com isso, o ambiente escolar seja cada vez mais convidativo e acolhedor aos LGBTs, além de engrossar os estudos sobre o respeito, o acolhimento e a dignidade nos espaços de ensino.

No âmbito pessoal, este projeto representou a vontade do pesquisador de continuar a investigar os benefícios gerados pela relação entre os estudos de sexualidades e gênero e a Educação, acréscimo às investigações acerca de assuntos como as diferenças, a Educação Sexual e as diversidades sexuais, fazer parte dos trabalhos que deram chance aos LGBTs de poderem cada vez mais viver sua liberdade de forma completa, além de simbolizar o desejo da aquisição do título de mestre.

Desta forma, entendendo que o sistema educacional é um local de mediação de conhecimento, o estudo sobre a diversidade se faz necessário, como justificativa social, para a persistência do respeito e da segurança para todos(as) neste ambiente e que entendam a importância da escola e o papel da igualdade.

2.1 Objetivos

2.1.1 Objetivo Geral

Analisar a existência e/ou produção do debate sobre a diversidade sexual nos 48 cursos de licenciatura Universidade Estadual Paulista (Unesp).

2.1.2 Objetivos Específicos

- Discutir a diversidade sexual na educação superior paulista;
- Mapear a existência de disciplinas que debatam a temática da Diversidade sexual na formação dos discentes de licenciatura;
- Compreender a importância do debate e ensino sobre a diversidade e o respeito às minorias sexuais.

2.2 Metodologia

Silva (2015) afirma que o saber científico é construído a partir da seleção precisa dos procedimentos metodológicos apropriados que, se executados corretamente, dão a possibilidade de uma ligação com o objeto de estudo e que a partir da realização de pesquisas obedecendo regras claras e objetivas permitem o aumento das chances de que estes estudos em questão estejam exatos.

Diehl e Tatim (2004, p. 47) lembram que “[...] a pesquisa constitui-se num procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas propostos”. O presente estudo tem como foco a análise de dados coletados e, por isso, é necessário que, por meio da metodologia, selecione um método apropriado.

A metodologia pode ser compreendida como “[...] o estudo e a avaliação dos diversos métodos, com o propósito de identificar possibilidades e limitações no âmbito de sua aplicação no processo de pesquisa científica” (DIEHL; TATIM, 2004, p. 47) e que envolve uma série de percursos seguidos no objetivo de alcançar o conhecimento pretendido, estes caminhos podem ser compreendidos como métodos (Andrade, 2010).

O método deriva da metodologia e trata do conjunto de processos pelos quais se torna possível conhecer uma realidade específica, produzir um dado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos. Ele compreende um processo tanto intelectual como operacional (DIEHL; TATIM, 2004, p. 48).

Como escolha metodológica, o presente trabalho se configura como bibliográfico e documental e, para a análise destes documentos, foi utilizada a pesquisa qualitativa.

2.2.1 Tipo de Pesquisa

O método bibliográfico é um levantamento e utilização dos escritos de autores para dar embasamento à realização da pesquisa com conhecimentos dos campos da Educação, das Ciências Sociais e da Psicologia e sua ligação com a formação de professores para trabalharem, também, as Diversidades sexuais.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2012).

Já a pesquisa documental foi usada para a sondagem dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos 48 cursos de licenciatura da Unesp, bem como, na medida do possível, das disciplinas encontradas que trabalham direta ou indiretamente a temática da Diversidade sexual.

A pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a

conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos. Ela pode ser utilizada no ensino na perspectiva de que o investigador “mergulhe” no campo de estudo procurando captar o fenômeno a partir das perspectivas contidas nos documentos, contribuindo com a área na qual ele se insere, seja na área da educação, saúde, ciências exatas e biológicas ou humanas (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 244).

A análise do material encontrado foi feita a partir da pesquisa qualitativa, em virtude do objeto de estudo, isto é, o debate sobre a Diversidade sexual no ambiente do ensino superior, ser um exercício que não pode ser representado unicamente em números, pois precisa de apreciação aprofundada do desempenho e desenvolvimento dos estudos e dos indivíduos em geral (DIEHL; TATIM, 2004).

Os estudos qualitativos podem descrever a complexidade de determinado problema e a interação de certas variáveis, compreender e classificar os processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de dado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos (DIEHL; TATIM, 2004, p. 52).

Com isso, a pesquisa documental permite que o trabalho analise informações oriundas de documentos e/ou arquivos oficiais e que, desta forma, consiga realizar um estudo aprofundado, objetivo, claro e realista de seu tema de estudo.

2.2.2 Objeto de análise da pesquisa

O objeto de estudo do levantamento aqui apresentado é a existência e o debate da Diversidade sexual com os licenciandos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) e, para tal, foram analisados os Projetos Político Pedagógico (PPPs) das 48 licenciaturas distribuídas entre os 24 *campi* da instituição e o relatório “Levantamento – Diversidades no ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação” do “Mapa Diversidades na Unesp” produzido pela Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Caadi)¹ da universidade.

Essas análises objetivaram buscar disciplinas que trabalhem, direta e/ou indiretamente, a temática supracitada nestes cursos de formação de futuros professores. Para isso, a pesquisa analisou a existência destes componentes curriculares, a forma com que foram encontrados e,

¹ Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!caadi/sobre/>.

na medida em que teve acesso, seus planos de ensino, visando contribuir com os estudos sobre a instrução dos novos docentes e a Diversidade sexual na Educação brasileira.

2.2.3 Coleta e Análise das informações

Em um primeiro momento, foram acessados todos os 48 Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de licenciatura da universidade em seus próprios websites ou, quando isto se mostrava impossível, tais documentos eram solicitados à coordenação e/ou à Seção Técnica de Graduação (STG) de cada unidade.

Em posse destes arquivos, era realizado uma análise inicial em busca de disciplinas, na grade curricular, que evidenciassem a relação ou discussão com a temática aqui estudada. Quando esta ação não apresentava nenhum resultado, eram realizadas tentativas informais, via *e-mail* institucional, com as respectivas coordenações para confirmar ou refutar essa conclusão de inexistência.

Já em outra oportunidade, após descobrir sobre a Caadi, foi lido e estudado o relatório produzido por esta coordenadoria para acrescentar os resultados aos adquiridos anteriormente. Após isso, foi possível dissertar sobre a existência das disciplinas procuradas e sobre os planos de ensino disponibilizados voluntariamente por alguns docentes ou encontrados no portal *on-line* do *campus* no qual atuam.

3 SEXUALIDADE

3.1 Um breve contexto histórico

A sexualidade sempre foi uma temática com grande potencial de investigação desde os tempos mais remotos da humanidade. Cunha (1981) aponta que já na Grécia antiga, muito antes do Cristianismo, a expressão sexual, embora distinta para homens e mulheres, era considerada como natural e até encorajada.

Esta liberdade sexual não era encontrada apenas na Grécia antiga, já que em outros locais do mundo as sociedades usufruíam de menos restrições quanto à sua forma de expressão, mas ainda vendo a sexualidade como uma extensão de sua existência (CATONNÉ, 2001).

Sexualidade é uma dimensão ontológica essencialmente humana, cujas significações e vivências são determinadas pela natureza, pela subjetividade de cada ser humano e, sobretudo, pela cultura, num processo histórico e dialético. A Sexualidade não pode, pois, ser restringida à sua dimensão biológica, nem a negação de genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma “parte” do corpo. Ela é, pelo contrário, uma energia vital da subjetividade e da cultura, que deve ser compreendida, em sua totalidade e globalidade, como uma construção social que é condicionada pelos diferentes momentos históricos, econômicos, políticos e sociais (FIGUEIRÓ, 2006, p. 42).

Na Índia, por exemplo o autor (2001) lembra que já se desenvolviam um dos primeiros escritos sobre a sexualidade humana chamado de *Kama Sutra*, ao mesmo tempo que os babilônios também ensaiavam um amor mais voltado à sensualidade e os chineses conheciam o livro ‘Segredos da câmara de Jade’.

A Mesopotâmia também não ficou para trás nesse contexto, por volta de 3200 a.C. produziam estatuetas que tinham como foco órgãos genitais, especialmente os femininos (ULLMAN, 2005).

Os Egípcios acompanhavam seus vizinhos de continente e atribuíam suas relações sexuais, poligâmicas, à fertilidade e procriação em função de sua religiosidade e de suas crenças em deuses com aparências similares aos humanos, além da naturalização da masturbação e das orientações sexuais para além somente da heterossexualidade (MANCHINI, 2022).

No que se refere à forma de convivência, essa ‘liberdade’ de expressão não se aplicava a todos os povos da época. Segundo Cunha (1981), os gregos, influenciados por Aristóteles e Platão, refletiam que tanto os homens, como as mulheres, por exemplo, deveriam receber a mesma educação e os mesmos direitos, mesmo que isto não acontecesse em toda a Grécia.

Já com os Romanos o panorama era diferente, pois o filósofo Epictetus, por exemplo, pensava que essa liberdade deveria ser exercida com controle e parcimônia, posição oposta a de Ovídio, que acreditava que o desejo e a sexualidade precisavam ser encarados como formas de arte e, como tal, melhorados (CUNHA, 1981).

Essa ‘liberdade’ sexual, ressalta Cunha (1981), não era igualitária para os homens e mulheres em todos os lugares e até mesmo em territórios progressistas havia desigualdades.

O autor (1981) aponta os Hebreus da época como a civilização que mais impactou a visão negativa que as sociedades pós-Cristianismo viriam a ter com os relacionamentos sexuais. Nessa civilização, a mulher só obtinha respeito nos papéis de mãe e/ou esposa, além de ser uma propriedade inteiramente do marido.

Existe uma prece judaica, muito antiga, que bem demonstra a inferioridade tradicional da mulher judia: "Abençoado sejas, Senhor, por não teres feito de mim um gentio, uma mulher ou um ignorante" (CUNHA, 1981, p. 20).

Quando se avança um pouco na história, mas ainda permanecendo na Idade Média, pode-se encontrar três dos pensadores da Igreja Católica e perceber como os seus legados influenciaram o *modus operandi* desta instituição religiosa milenar: São Paulo, Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino (CUNHA, 1981).

O primeiro reverenciava a vida celibatária e pensava que, caso o homem – nunca a mulher – não conseguisse controlar os seus desejos biológicos, este deveria se casar o mais breve possível e, com isso, as atividades sexuais ganham seu estigma de pecado (CUNHA, 1981).

Já Santo Agostinho que acreditava ter visões enviadas por Deus e, amparado nos escritos de seu antecessor, propagou que o sexo era um pecado abominável e, segundo Cunha (1981), pregava para que os homens dedicassem seu tempo unicamente à contemplação divina e, a depois disso, a Igreja associa o sexo com o pecado 'original' de Adão e Eva. A partir destes acontecimentos, o Catolicismo passa a permitir apenas o sexo heterossexual, com o objetivo de aumento populacional e jamais pela busca do prazer.

O terceiro pensador listado por Cunha (1981, p. 21) construiu a concepção de que havia uma hierarquia de 'inaturalidade' entre as práticas sexuais:

Eram os seguintes por ordem crescente de gravidade: masturbação, sexo oral ou anal, homossexualismo e bestialidade. A bestialidade (coito com animais) era, a seu ver, o pior de todos e, portanto, o pior dos pecados. A homossexualidade era o seguinte em gravidade, porque o sexo, "errado" acontecia entre indivíduos do mesmo sexo embora da mesma espécie. Sexo oral e anal vinham logo depois porque, embora na mesma espécie e entre homem e mulher, não levavam ao coito "normal" e assim não provocam fertilidade. Finalmente, a masturbação era o pecado menos grave de todos esses, desde que a única falta era que ele não incluía a conexão com o outro sexo.

Como os outros dois, Thomaz de Aquino acreditava que a relação sexual considerada 'natural' era a única permitida por Deus para ser realizada durante o casamento, mesmo assim, só podia ser realizada para a procriação ou para tirar o desejo do homem em um possível adultério (CUNHA, 1981).

Assim, é com a ascensão da Igreja Católica, enquanto uma das principais potências de controle sociocultural do mundo ocidental, que a sexualidade ganha o status de *tabu* quase intocável (CUNHA, 1981).

No entanto, não se pode afirmar que todas as religiões tenham desempenhado um papel repressor às sexualidades, já que na Babilônia, por exemplo, as manifestações de culto ao divino também se encarregavam de organizar os atos sexuais para além do casamento e, assim, “[...] desenvolveu uma prostituição sagrada” onde podia-se encontrar uma liberdade sexual, principalmente aos homens, que quase se igualava às práticas antigas gregas (CATONNÉ, 2001, p. 28). Em razão deste fomento à liberdade exercida na Grécia e Babilônia, a homossexualidade², na época, já chegou a ser chamada de o ‘amor grego’ (BREMNER, 1995).

Mesmo com essa atmosfera de repressão Católica na maior parte do ocidente, antagonicamente durante este período, as expressões da sexualidade caíram nas graças de alguns setores da Ciência e, em virtude disto, acabaram se configurando como uma das questões mais estudadas dos séculos XIX e XX (CABRAL, 1995), ora em razão de seu potencial, ora motivado pelo negacionismo e obscurantismo construído pelo Cristianismo.

Entretanto, nem todas as formas de religião se portavam de forma tão aberta como na Grécia antiga e na Babilônia. A Igreja Católica após conseguir estender seus domínios para dentro, também, das ações políticas do Estado e esta força se dava por vários motivos, contudo, o principal deles era as práticas expansionistas com a ajuda de personagens importantes na história e que também gozavam de poder e influência entre a massa (CABRAL, 1995).

Mesmo com essa forte interferência, até então, Católica, em parte do mundo ocidental, onde o Cristianismo ainda não havia fincado raízes sólidas, as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo não eram totalmente reprovadas.

Catonné (2001) observa que em parte da antiga Babilônia e da Grécia a prostituição unicamente homossexual, já no fim da Idade Média, era de conhecimento popular e nem por isso havia expressiva discriminação com estes indivíduos, ao contrário do que acontecia em regiões dominadas pela religião denominada seguidora de Jesus Cristo.

As relações amorosas entre os homens, especialmente entre um jovem com um mais velho, entendida como ‘pederastia’, era de livre expressão física e sentimental (CATONNÉ, 2001) e era regida por um conjunto de ritos sociais supervisionados pela comunidade.

Esses acontecimentos ocorriam primeiro quando o homem demonstrava seu interesse pelo novato e este cortejo terminava apenas no *Andreion*, local de discussões políticas e popularmente conhecido como a ‘casa dos homens’ (BREMNER, 1995) e este sistema de

² A homossexualidade, masculina e feminina, podem ser definidas como as “[...] relações sexuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo.” (FRY; MACRAE, p.07), assim como a bissexualidade pode se configurar como o sentimento de atração por ambos os sexos e, a transexualidade, o desconforto com o próprio corpo e gênero.

namoro funcionava para além dos territórios gregos, já que em algumas tribos nativas, de várias regiões do mundo, os jovens também viviam sendo alvo dos olhares e interesses masculinos.

Entretanto nem tudo era permitido, mesmo com tamanha liberdade. O principal problema destas relações entre os indivíduos mais maduros e os mais jovens se encontrava na passividade, que era normalizada a estes, mas proibida e pejorativa àqueles (CATONNÉ, 2001).

Essa pseudo-aceitação também não se estendia às mulheres, que possuíam uma relação assimétrica com as figuras masculinas nestas e em todas as outras localidades do globo à época e, em alguns países, este cenário de controle da mulher e da expressão homossexual continuam até a contemporaneidade, tendo em vista que esta repressão é de conhecimento e aprovação popular (CHAUI, 1984).

A filósofa Marilena Chauí (1984) postula que podemos entender essa forma de controle sexual, da época, como um sistema de regras que cada sociedade cria para o uso e expressão das formas de sexualidade humana a partir dos dogmas e condutas cristãs, usando como desculpa a defesa da família e da infância.

Com o passar das décadas, o domínio completo da fé ocidental pelo Cristianismo não perdurou por muito tempo sem que aparecessem opositores e descontentamentos, como foi o caso de Martinho Lutero e seu sucessor, Calvino (CUNHA, 1981).

Na época, o Catolicismo estava em seu auge de influência e, aproveitando de tal aparato, difundia principalmente as ideias de Agostinho, Thomaz de Aquino e São Paulo aos fiéis, impondo restrições às ações comportamentais, pessoais e sociais, no entanto, esse cenário de repressão não se repetia dentro da própria Igreja, com os seus sacerdotes, freis e pregadores (CUNHA, 1981).

O autor (1981, p. 22) observa que em Roma, por exemplo, na capital do Cristianismo da época, a prostituição e a fornicação eram corriqueiras nos conventos e mosteiros:

“Pecados” sexuais, inclusive a homossexualidade eram cometidos com frequência pelos padres. Lá, como em todas as épocas, a repressão, o respeito à “moral e bons costumes” era uma instituição absolutamente hipócrita. Repressão para o rebanho ignorante e necessitado de ser controlado. Liberdade e gozo sem peias para os mandantes do rebanho. Até mesmo o Papa sabia do comportamento sexual que grassava na igreja. Mas nada fazia para contê-lo, desde que a massa cristã ignorante estava contida com medo de um inferno do qual os seus próprios inventores não temiam nem acreditavam.

Nesse contexto de duplicidade entre o que se fala e o que se pratica no privado é que surge Martinho Lutero, um ex-monge agostiniano que se indignava pelo fato de que ele próprio

ter feito vários sacrifícios pela fé, enquanto alguns de seus líderes hierárquicos praticavam exatamente o oposto “Por que tinha ele rezado, jejuado e flagelado a si próprio quando os verdadeiros líderes da Igreja não tentavam nem conter a si mesmos?” (CUNHA, 1981, p. 22).

É com essa inquietude que Lutero dá início à reforma protestante se opondo a muitos dogmas do Catolicismo, entre as suas contestações estava a conclusão de que o celibato que não era algo natural, por isso, não merecia ser imposto a ninguém, e que a luxúria do ser humano se saciava era saciada por Deus através do casamento (CUNHA, 1981).

No entanto, essas mudanças não eram todas radicais e, algumas, iam ao encontro do que a veja Igreja já fazia há décadas, como o medo das práticas sexuais apenas como forma de busca do prazer e, por isso, deveria ser feito apenas entre casais heterossexuais, já Calvino não era tão radical, embora também seguisse a regra do sexo apenas para casais formados entre homens e mulheres (CUNHA, 1981).

Após a conclusão da Reforma Protestante na Europa e com o começo do reinado da rainha Elizabeth I, em meados do século XVI, tem início dois grandes movimentos de repressão sexual: o Puritano e o Vitoriano.

O primeiro se desenrolou do século XVII ao XVIII e detestava qualquer manifestação ‘profana’, mesmo que de alegria, punia o adultério e nutria um profundo respeito pela família ‘tradicional’ da época – composta por um homem e uma mulher – tanto que tinha foco em proteger esta instituição sagrada e, para isso, centrava todo o seu poder na figura masculina (CUNHA, 1981).

Já os Vitorianos, conforme aponta Cunha (1981), tiveram como palco a Europa do século XIX e, em um sinal de retrocesso histórico, voltam aos preceitos de Agostinho, Aquino e São Paulo ao pensarem que, mesmo dentro do casamento heterossexual, as performances sexuais deveriam ser restritas, sendo exclusivamente para a procriação.

Entre esses declínios houve a atuação de um urologista britânico, William Acton (1813-1875), que escreveu um livro propagando ideias infundadas, mas que fizeram sucesso na Londres daquela época e que, observa Cunha (1981), permaneceram até meados da década de 1980.

Acton publicou afirmando, entre outras inverdades, que a perda de esperma provocava a redução do vigor, da saúde física e da sanidade mental, que o sexo deveria ser realizado unicamente para ter filhos e que a masturbação poderia acarretar na insanidade. Cunha (1981, p. 23) acrescenta que o britânico não foi o único:

Outro autor que reforçou as teorias vitorianas foi o alemão Richard Von Krafft-Ebing (1840-1902) um médico de alta reputação no século XIX na Europa. Ele escreveu a “*Psycopathia Sexualis*” em que descrevia como a sexualidade aberta levava ao crime. Para ele, coisas como a bestialidade, homossexualismo, fetichismo, sadomasoquismo, etc., eram produtos de mentes “desviadas” que só podiam praticar os piores crimes. Mas suas teorias eram todas pseudocientíficas [...]. Dessa forma ele conseguiu que, aos olhos do público e dos médicos, qualquer ato sexual não convencional fosse visto como detestável e perigoso.

Assim, enquanto o século XIX herdou do Puritanismo o ‘respeito’ especialmente pelo sexo unicamente no contexto pós-matrimônio para a geração da *prole*, os costumes vitorianos retiraram, para Cunha (1981), a sexualidade da esfera religiosa e a jogou no cenário médico-sanitário.

Ainda que neste período parte do velho continente estivesse mergulhado no obscurantismo pseudocientífico, em outras partes do globo o panorama apresentava melhores notícias. Em parte das Américas, por exemplo, a medicina via nascer a Sexologia que ambicionava estudar as práticas sexuais e as doenças delas advindas, classificando, identificando e tratando, além de regulamentar as várias formas de expressões em meios científicos (FIGUEIRÓ, 2009).

É no século XX que Cunha (1981) data como o início de uma revolução sexual, onde as expressões tornam-se mais livres, em comparação ao passado, mas, o amor passa a perder do Poder, já que este não admite individualidade e anseia em uma massa que possa ser controlada a partir de suas vontades econômicas e políticas e, assim, a sexualidade é transformada de pecado – ou doença – em um material de consumo.

Já na época em que escreveu seu texto, o professor Paulo Cunha (1981, p. 26) advertia que jamais, ao menos desde o advento do Cristianismo, houvera tanta liberdade, mas que isso não era em prol da autonomia sexual individual de cada um, mas sim porque o mercado percebeu que a sexualidade também pode dar lucro e, só por esta razão, o “[...] sexo saiu do mistério e foi explicado em sua verdadeira fisiologia”.

3.2 A Sexualidade e os obstáculos contemporâneos no Brasil

A partir de 2016 o Brasil se viu mergulhando gradativamente em uma onda conservadora de ultradireita que se apresentou desde o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e representou a tomada do poder pela direita nacional (SILVA; FRANÇA; MACIEL,

2020). Esse novo cenário não apenas infligiu mudanças no setor político, mas também no cultural e social.

Depois da eleição presidencial ocorrida em 2018 o país é direcionado a novos caminhos e recai sobre as questões culturais o olhar vigilante e censor que a nação já conheceu há algumas décadas (SILVA; FRANÇA; MACIEL, 2020).

Uma [nova] onda de ódio se alastra pelo Brasil na atualidade. Nesse cenário, as multifacetadas expressões da “questão social” são negadas, naturalizadas e utilizadas com finalidade de manter a ordem dominante vigente, a capitalista. Tal onda revela um fenômeno que ganha força em nossa atual conjuntura: o conservadorismo. Esse, não se encontra tão distante do conceito advindo da modernidade, por sua vez, está atualizado e munido de ferocidade frente às mazelas sociais contemporâneas (SILVA; FRANÇA; MACIEL, 2020, p. 257).

Silva, França e Maciel (2020) analisam este momento, pelo qual o país foi mantido por quatro anos, como um resultado do conservadorismo³ cultural que ao mesmo passo em que utilizava o capitalismo como uma ferramenta de manutenção da ordem social e desigual outrora estabelecida, alimentava o retorno aos padrões morais e comportamentais do século XX.

Esse pensamento configura-se como conservador apenas no que tange a moralidade, já que à economia tal estilo de vida e governo mostrou-se liberal e interessando na perpetuação das desigualdades e discrepâncias sociais (SILVA; FRANÇA; MACIEL, 2020).

Observa-se um pensamento conformista e teológico bastante forte, de aceitação das condições de miserabilidade e pobreza, enquanto “vontade Divina”, porém, tal compreensão apenas visa à manutenção da ordem vigente. Sua concepção acerca da Revolução difere do que ilustra as correntes progressistas que veem na mesma, um instrumento de transformação social na busca por uma nova ordem societária com princípios divergentes do capitalismo (SILVA; FRANÇA; MACIEL, 2020, p. 259).

González, Baquero e Grohmann (2021) observam que a vitória do ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro, em 2018, surpreendeu até mesmo a maioria dos analistas políticos, já que essa vitória foi a primeira de um candidato pós-ditadura militar que possuía um discurso abertamente de extrema direita e, logo, apostou às liberdades e conquistas de grupos minoritários e/ou marginalizados culturalmente.

³ O conservadorismo pode ser compreendido como uma ideologia, isto é, uma forma de agir e/ou pensar, na qual o humano é visto, principalmente, como um ser religioso, a comunidade/sociedade tem prioridade sobre o indivíduo, onde existe uma naturalização das desigualdades humanas e, de certa forma, uma resposta ao racionalismo iluminista (HUNTINGTON, 1957).

Como sabemos, o Estado é fundamental no capitalismo brasileiro, tendendo a ser dominado pelos interesses das classes dominantes. Porém todos(as) acompanhamos no ano passado a inviabilidade eleitoral de uma única candidatura das frações hegemônicas da burguesia. Isso, juntamente com outros vários fatores, levou à eleição do atual presidente do país — uma candidatura que cresceu de um lado, no vácuo aberto pela falta de uma alternativa burguesa eleitoralmente viável e, de outro, na difusão do antipetismo que mobiliza fortemente os setores da classe média desde 2015 (SANTOS, 2019).

A recessão econômica na qual o país entrou a partir do segundo semestre de 2016, o estilo de governo populista neoconservador e o emparelhamento com perspectivas totalitárias de outros líderes mundiais também eleitos na onda conservadora da época, retirou do Brasil o otimismo que vinha sendo construído acerca das temáticas sexuais e deu lugar às visões distorcidas, *fake news* e intolerâncias (GONZÁLEZ; BAQUERO; GROHMANN, 2021).

Esse conservadorismo cultural atingiu principalmente os grupos que passaram a segunda metade do século XX, e a primeira década do século XXI, lutando por direitos e melhores condições comunitárias de vida, como foi o caso das mulheres, LGBTs, negros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, entre outros (MARANHÃO FILHO; COELHO; DIAS, 2018).

No que tange as sexualidades, o gênero e as diversidades sexuais, essa época reacionária foi especialmente desafiadora sobretudo após o período eleitoral de 2018, que reacendeu a intolerância no país por meio de discursos distorcidos e/ou equivocados e uma prova disso foram as polêmicas sobre o ‘Kit Gay’ que, posteriormente deram origem à ‘Ideologia de Gênero’ no Brasil (FORTES; STEINBERG; BRENNECKE, 2022).

O ‘Kit Gay’ foi o nome pelo qual o programa ‘Escola sem Homofobia’⁴ ficou conhecido pelo grande público a partir do segundo semestre de 2018. Direcionada aos professores e gestores, essa iniciativa do governo federal foi idealizada em 2004 e visava promover uma capacitação aos profissionais da Educação para que pudessem trabalhar as questões inerentes à sexualidade na escola de forma fracionada, planejada e gradual (FORTES; STEINBERG; BRENNECKE, 2022).

A ideia foi formulada pela Secretaria de Direitos Humanos durante o primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (IRINEU, 2004) e tinha como meta geral “[...]”

⁴ O documento do programa pode ser acessado em: <https://nova-escola-producao.s3.amazonaws.com/bGjtqbyAxV88KSj5FGExAhHNjzPvYs2V8ZuQd3TMGj2hHeySJ6cuAr5ggvfw/e-scola-sem-homofobia-mec.pdf>.

promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (FORTES; STEINBERG; BRENNECKE, 2022, p. 3).

Ainda segundo o documento (FORTES; STEINBERG; BRENNECKE, 2022, p. 3), essa ação governamental também objetivava:

- Fomentar e apoiar curso de formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade;
- Formar equipes multidisciplinares para avaliação dos livros didáticos, de modo a eliminar aspectos discriminatórios por orientação sexual e a superação da homofobia;
- Estimular a produção de materiais educativos (filmes, vídeos e publicações) sobre orientação sexual e superação da homofobia;
- Apoiar e divulgar a produção de materiais específicos para a formação de professores;
- Divulgar as informações científicas sobre sexualidade humana;
- Estimular a pesquisa e a difusão de conhecimentos que contribuam para o combate à violência e à discriminação de GLTB;
- Criar o Subcomitê sobre Educação em Direitos Humanos no Ministério da Educação, com a participação do movimento de homossexuais, para acompanhar e avaliar as diretrizes traçadas.

Embora não tenha tido tempo de ser difundida em todas as unidades de ensino, a proposta acima mencionada foi vetada pelos parlamentares conservadores das bancadas evangélicas e rurais, por alegarem ser uma afronta à moral e aos bons costumes (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

A recusa em aceitar que o programa fosse inserido na vida escolar já vinha de antes, mas foi potencializada após as declarações do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, que em sua entrevista ao Jornal Nacional – principal telejornal brasileiro – na época que ainda era apenas um candidato ao cargo, associou tal documento às práticas sexuais dentro dos ambientes de ensino, chamou-o de “Kit Gay”⁵ e, a partir disso, construiu sua campanha sob o pilar do combate às diversidades, em defesa da família tradicional e contra a ‘sexualização precoce’ das crianças (FEITOSA, 2021). Tais materiais nunca chegaram a ser distribuídos nas escolas.

Mesmo sem comprovar nenhuma das alegações contra o ‘Escola sem Homofobia’, a população, em especial os indivíduos com mais idade, menor escolaridade e ligados às vertentes

⁵ Entrevista disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/6980200/>

mais radicais do cristianismo, acreditou nas falas do candidato, se pôs contra a ideia e passou a considerá-la como um pecado ou sinal de imoralidade (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

Após a eleição, sua vitória e a posse, o ex-presidente Bolsonaro passa a dedicar parte considerável de seu tempo e declarações em função de combater uma ideia, criada por ele mesmo, de que tal proposta seria uma forma da esquerda nacional em ‘sexualizar’ as crianças e, equivocadamente, torná-las homossexuais (OLIVEIRA *et al.*, 2022).

É nesse cenário de retrocesso – quanto à temática das sexualidades, gênero e diversidades sexuais – que se difunde a luta da direita brasileira contra o que chamaram de ‘Ideologia de gênero’ (TEIXEIRA; BIROLI, 2022).

Teixeira e Biroli (2022) lembram que o combate da direita contra os assuntos que derivam das lutas feministas, *queer* e LGBTs não é um movimento recente, tampouco isolado ao Brasil. Segundo as autoras (2022), essa onda conservadora tem os seus primórdios na década de 1990 principalmente em países nos quais predominavam as religiões cristãs e islamistas. Esses embates, o fim do século XX e início do seguinte, não eram propriamente contra “[...] o gênero, tal como inscrito no documento [...], mas sim a proliferação de sexualidades e gêneros que se deu no seu entorno” (CORRÊA, 2018, p. 9).

O primeiro registro de que se tem notícia da terminologia ‘ideologia de gênero’ é datado de 1998 no documento da Igreja Católica ‘*La ideología de género, sus peligros y alcances*’⁶, mas no Brasil é só a partir de 2018 que esse conceito chega aos púlpitos religiosos e aos discursos políticos (TEIXEIRA; BIROLI, 2022).

Os debates na esfera da política nacional passam a ter, em quase todos os casos, a menção à ‘ideologia de gênero’ para uma união simbólica (KOVÁTS; PÕIM, 2015) de todos os membros de partidos ou pautas conservadoras e que, dessa forma, conseguiram mobilizar a maior parte da opinião pública a protestos e posicionamentos contra ideias igualitárias de gênero e discursos sobre as diversidades sexuais, promovendo amedrontamentos morais e fortalecendo os ideais conservadores (MISKOLCI, 2021).

Na Europa Central e do Leste e na América Latina, os alvos dos ataques à “ideologia de gênero” têm sido as políticas para a educação sexual, igualdade de gênero e respeito à diversidade sexual; a legislação que regulamenta a união entre pessoas do mesmo sexo e a adoção por casais homoafetivos, assim como o reconhecimento da identidade

⁶ Uma versão deste texto em espanhol pode ser acessada em: https://www.mujeresdelsur-afm.org/wp-content/uploads/2018/pdf/ideologiadegenero_97235.pdf.

de gênero; e as políticas de combate à violência contra as mulheres (TEIXEIRA; BIROLI, 2022, p. 3).

Já no contexto especificamente brasileiro:

[...] a produção de um conjunto de materiais educativos destinados à prevenção da homofobia e à promoção do respeito à diversidade, no âmbito do Programa Brasil Sem Homofobia (2004), e a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2011, que reconheceu a união entre pessoas do mesmo sexo, desencadeariam reações que [...] têm como alvo a “proliferação de sexualidades e gêneros”. Em outras palavras, políticas públicas e decisões judiciais que assumem essa diversidade e são sensíveis às demandas de movimentos feministas e LGBTQ+ foram vistas por atores conservadores como ameaças (TEIXEIRA; BIROLI, 2022, p. 3).

Schibelinksi (2020), Garraio e Toldy (2020), Freire (2021) e Miguel (2021) constataam, em seus trabalhos, que o pânico moral disseminado no Brasil entre 2018 e 2021 por meio, também, da ‘ideologia de gênero’ foi uma das muitas articulações que os agentes políticos e religiosos de extrema direita encontraram para unir a população – ou, ao menos, parte dela – em prol de uma pauta comum que, nesse caso, era o combate ao avanço dos movimentos homossexuais – feministas e LGBTs –, das diversidades sexuais e uma forma de retardar o crescimento da esquerda nacional que vinha, desde 2003, ganhando espaço e conquistando vitórias nos cenários sociais, políticos e culturais.

Essas ações tiveram grande impacto na temática das sexualidades, gênero e diversidades, promovendo retrocessos e mudanças nas conquistas adquiridas nas últimas décadas.

A partir de todas estas modificações e oscilações, do entendimento sobre as sexualidades e dos obstáculos que enfrentou no território brasileiro nos últimos anos, também é preciso pensar em como a sexualidade interfere cotidianamente na existência dos indivíduos e entender os impactos que essas transformações histórico-culturais têm sobre essas pessoas, como é o caso da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs), por exemplo.

4 BREVE RECORTE HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS LGBTs

Estudar ou pesquisar sobre a história das ações LGBTs, seja de conho individual ou coletivo, ainda é um desafio atualmente em decorrência da pulverização de informações mais antigas sobre este público, uma vez que, por muito tempo, tiveram que atuar no anonimato ou

até na clandestinidade devido às pressões sociais e legais exercidas pelo conservadorismo predominante (SOUTO MAIOR; QUINALHA, 2022).

A escrita de uma história das pessoas LGBTI+ é um desafio por diversas perspectivas. A despeito da existência de experiências homoeróticas e de questionamentos sobre papéis de gênero desde tempos remotos, há muitas dificuldades para esse registro. Primeiro, por causa do desafio de agrupar eventos e personagens em categorias formuladas somente na modernidade. [...] Em segundo lugar, porque há o desafio de elaborar um inventário de acontecimentos significativos que, soterrados pelo estigma e pela violência acabaram invisibilizados ou apagados das narrativas hegemônicas (QUINALHA, 2022, p. 17).

Entretanto, no exercício desta busca bibliográfica podemos compreender as diversidades sexuais cisgênero, para além da heterossexualidade, ou seja, a identidade LGBTs, como a atração física ou sentimental por pessoas do mesmo sexo ou, no caso dos bissexuais, por ambos os sexos (FRY; MACRAE, 1985; SILVA; MAGALHÃES, 2008).

Resgatar a história de um grupo marginalizado já não é uma tarefa das mais fáceis, ainda mais quando este contingente, como ocorre com os LGBTs, possui uma pluralidade de possibilidades e de ações distintas e convergentes e, justamente por isso, essa recapitulação deve ser feita no plural (QUINALHA, 2022).

É verdade que a resistência LGBTI+ se materializa em existências individuais antes de emergência de um ativismo organizado e mesmo antes das próprias identidades que hoje compõem a essa sigla em permanência mutação. Desde os tempos mais remotos, há diversos registros de pessoas que desafiavam as normas de comportamento nos campos do gênero e da sexualidade. Homens e mulheres que não se conformavam com o binarismo e com a heteronormatividade [...] (QUINALHA, 2022, p. 18).

Esta aversão com as diversidades origina-se com o fortalecimento do Cristianismo (PEASE; PEASE, 2000) que, com o passar das décadas, a dicotomia entre sexo e afetividade foi cada vez mais pesquisada e repensada (LOURO, 1999), incentivando a reflexão desafiadora sobre a construção, individual e coletiva, das identidades, as relações de gênero e a separação social e sexual entre homem e mulher, macho e fêmea (BRITZMAN, 1996; MOLINA, 2011).

Uma enorme quantidade de evidências históricas confirmam que o que definimos hoje como comportamento homossexual existe há, pelo menos, milhares de anos e podemos presumir que comportamentos homossexuais têm ocorrido desde que os seres humanos andam pela Terra. Mas foi apenas a Revolução Industrial, no fim do século XIX, que criou as condições para que um grande número de pessoas pudesse viver fora da família nuclear, permitindo que nasceram as identidades gays, lésbicas e bissexuais (WOLF, 2021, p. 37).

Percebendo este avanço considerável das investigações sobre a sexualidade, um tema tabu aos mais poderosos, (BRITZMAN, 1996), as instituições influentes movimentaram-se escrevendo livros e publicações que tornavam a homossexualidade superior para Deus e do capital (MOLINA, 2011), entretanto essa dominância total não durou muito tempo e logo surgiram, ainda de forma incipiente, as primeiras dúvidas e contestações populares.

[...] a existência de pessoas afrontando as regras da ordem sexual e social, de forma mais ou menos consciente, já encarnava uma rebeldia não apenas do ponto de vista subjetivo, mas também do social e político (QUINALHA, 2022, p. 18).

Esse descontentamento com as religiões se deu em razão do crescimento das grandes urbanizações que permitiu a troca constante de experiências que resultou na união e fortalecimento daqueles poucos que discordavam da forma com o Cristianismo estava lidando com a temática (PIERUCCI, 2004).

Quinalha (2022, p. 47) analisa este cenário contextualizando que:

O palco privilegiado para essas disputas foram as grandes cidades. O avanço do capitalismo e do processo de urbanização pós-revolução industrial aglutinou contingentes enormes de pessoas em um mesmo território. Isso permitiu, junto ao processo de identificação acima apontado, a construção de uma subcultura LGBTI+ [...].

Com isto, a união de pessoas, até então extremamente marginalizadas, colaborou às primeiras afrontas à Igreja Católica e, posteriormente, às primeiras formas de organização do ativismo europeu (MCCLINTOCK, 2010).

4.1 Os primórdios da organização das ações LGBTs na Europa

Durante a hegemonia do imperialismo na Europa, o catolicismo conseguiu impor seus dogmas quase de maneira onipresente no continente, no entanto, segundo Max Weber as pessoas começam a desenvolver um descontentamento com as forças ocultas, místicas e divindades principalmente quando estas entidades eram usadas para justificar alguns atos (PIERUCCI, 2004).

Assim, ainda que a religião seguisse regulando dimensões importantes da vida social, ela estava perdendo espaço para visões pautadas pelo racionalismo. Como apontado, a sexologia enquanto um ramo da medicina emergirá precisamente nesse contexto,

concebendo novas categorias clínicas para descrever identidades e condições com base em observação e pesquisas a partir da metodologia científica. Tal deslocamento abriu uma janela importante para a compreensão da homossexualidade em um novo registro: não se tratava mais de um pecado, mas de um quadro explicado a partir de variáveis biológicas e fisiológicas, mas também sociais (QUINALHA, 2022, p. 48).

Desta forma, enquanto uma parte da ciência médica segue os moldes cristãos e categoriza-se a homossexualidade como uma patologia, a outra parte – um pouco menor –, se encarregou de estudar esta forma de sexualidade não para compará-la a uma enfermidade, mas a fim de compreendê-la, mesmo que o cenário imperialista europeu da época tenha difundido o ideia de criminalização da homossexualidade – presente em numerosos países do continente – para as colônias destas nações e espalhado este preceito discriminatório pelo mundo (QUINALHA, 2022).

É neste clima da Europa do século XX que, cansados das perseguições, os ‘desviantes’, ‘viados’ ou ‘invertidos’ passam a buscar apoio entre si e começaram a formar grupos informais para ajudarem-se e protegerem-se das agressões do cotidiano (FERRARI, 2004).

Esta busca por proteção de seus iguais acontece, inicialmente, na cidade de Berlim como resultado do êxodo que os LGBTs da época fizeram para fugir das zonas rurais ou de pequenos centros urbanos em busca, principalmente, da proteção e liberdade que o anonimato que um grande centro financeiro⁷ poderia oferecer (QUINALHA, 2022).

Essa evasão do núcleo familiar, em especial na Berlim pós-primeira guerra se deu, segundo o professor Renan Quinalha (2022, p. 22), principalmente porque:

[...] pessoas LGBTI+ nascem em famílias e vivem durante muito tempo na vida escolar e profissional em espaços não LGBTI+. Em geral, aliás, as esferas primárias de socialização, dentro e fora de casa, são anti-LGBTI+. Diferentemente de outros grupos vulnerabilizados, em geral as pessoas LGBTI+ não conseguem encontrar um acolhimento no seio familiar diante dos preconceitos que enfrentam na vida fora de casa.

Halperin (2014, p. 07) ainda complementa lembrando que:

[...] homens gays não podem contar com suas famílias biológicas para ensiná-las sobre sua história ou cultura. Eles precisam descobrir suas raízes por meio do contato com a sociedade e com o mundo mais amplo [...].

⁷ Wolf (2021, p. 38) observa que “[...] foi o capitalismo que deu origem à individualidade moderna e às condições para que as pessoas tenham vidas íntimas com base no desejo pessoal, uma ruptura histórica em relação ao poder da igreja e da comunidade feudais [...]” que antes eram as responsáveis pela vida privada e matrimonial da população.

Além desta questão familiar, a ascensão da construção da identidade LGBTQ+ alemã, na época, em pleno século XIX, é marcada pela simultaneidade a outros eventos, como o fortalecimento do discurso médico-científico, impulsionado pelo positivismo da época, que tentava racionalizar as expressões de sexualidade e afeto da raça humana e, mesmo sendo iluminada pelo holofote da patologização, a homossexualidade toma corpo e começa a dar os primeiros passos em direção à organização de movimentos coletivos propriamente ditos (QUINALHA, 2022).

Mesmo que não intencionalmente, os estudos higienistas da medicina da época deram força a outras áreas do saber, em especial as Ciências Humanas, que, aos poucos foram disputando espaço com os discursos conservadores e heterossexistas de outros setores da sociedade como a religião, o direito e até a criminologia, por exemplo, inclusive fomentando o surgimento da sexologia, tendo em vista que a Alemanha era o centro das ciências neste período (QUINALHA, 2022).

É claro que, antes destes episódios em Berlim, já havia aqueles que lutavam contra a criminalização e pejorativização das diversidades sexuais, mas foi apenas a partir do século XIX que ‘pré-movimento’ começa a tomar forma.

4.2 As ações em prol dos movimentos LGBTQs norte-americanos

No fim dos anos de 1960, nos Estados Unidos da América (EUA), o movimento se organiza de forma mais concreta e se atribui a sigla GLBTT referindo-se aos Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (MOLINA, 2011).

Entretanto, após a morte da cantora Judy Garland em 22 de junho de 1969, famosa por interpretar a música “*Over the Rainbow*”, que popularizou o arco-íris, os GLBTTs⁸ muito fãs da artista, foram às ruas homenageá-la em bares na *Greenwich Village* e *Stonewall* (MAIA *et al.*, 2013).

Durante os próximos dias, essas sessões de comemoração que tinham como objetivo a consagração do legado da artista culminaram em várias batidas policiais sem motivos efetivos – uma realidade frequente e que servia apenas para amedrontar e conseguir suborno – e, como

⁸ Como respeito ao movimento da época, este subcapítulo fará uso exclusivo da sigla “GLBTT”, como era a realidade da comunidade nesse período.

revolta, os GLBTTs que ali estavam se insuflaram contra os policiais e deram início a uma rebelião em prol dos seus direitos (REIS, 2007; MAIA *et al.*, 2013).

A notícia se espalhou, direta e indiretamente e, como resultado, cerca de 10 mil GLBTTs de vários estados norte-americanos juntaram-se aos seus companheiros de comunidade novaiorquinos e, nos dias seguintes, marcharam pelas ruas de Nova Iorque se manifestando por quatro noites e transformando a data de 28 de junho de 1969 no Dia Internacional do Orgulho GBLTT (REIS, 2007).

4.3 As atuações dos movimentos LGBTs brasileiros

Enquanto os estudos sobre a sexualidade humana só tiveram início, na América Latina, após 1982, o Brasil já se relacionava pioneiramente com o tema, durante as décadas de 60 a 80, com a forte proibição político-militar à expressão das diversidades somada à explosão das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs)⁹, atribuída aos LGBTs, (MENDES, 2010).

Durante essas décadas, Quinalha (2022, p. 104-105) observa que o país nutria um “desejo da nação” que vinha se formando desde o século XIX e almejava o branqueamento das políticas e a masculinização dos comportamentos, assim, mulheres, negros e LGBTs “[...] eram considerados ameaças contra a ordem quando não se conformavam ao papel social [...]” a eles determinado culturalmente.

Em diversos momentos, essas existências individuais, que nunca deixaram de ser rebeldias políticas, encontram-se e agrupam-se coletivamente [...] em territórios físicos e simbólicos que serviram de palco para a sociabilidade LGBT+ [que] foi semeada e brotou uma subcultura potente dessas movimentações (QUINALHA, 2022, p. 105).

Essa subcultura destacada pelo professor Quinalha (2022) permitiu que várias interações acontecessem e, com elas, surgissem uniões e planos de associativismos cada vez

⁹ Na época, e até pouco tempo atrás, as ISTs ainda eram chamadas de ‘Doenças Sexualmente Transmissíveis’ (DSTs) e, segundo a Secretaria de Saúde do Espírito Santo (SESA), a “[...] terminologia Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) passa a ser adotada em substituição à expressão Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção, mesmo sem sinais e sintomas” (SESA, sem data).

mais densos que foram capazes de possibilitar intersecções fundamentais para a construção de futuras organizações políticas na forma de um movimento social¹⁰ ainda incipiente.

Essas movimentações destacadas por Quinalha (2022) foram necessárias porque, no Brasil, desde a chegada dos Portugueses em território nacional, as diversidades sexuais foram configuradas publicamente como uma exposição de impureza, pecado ou indignidade e isto se potencializa no período ditatorial ao qual o país atravessou entre as décadas de 1960 e 1980 (MORANDO, 2018).

Em Belo Horizonte, por exemplo, até mesmo antes da oficialização do golpe militar, ainda no ano de 1960, a repressão contra a comunidade LGBTQ+ já era perceptível e ocorriam, assim como em *Stonewall*, por meio de batidas policiais em locais frequentados exclusivamente por esta comunidade e, para disfarçar o tom intolerante, tais ações eram denominadas de ‘saneamento’ ou ‘limpeza’ das vias públicas (MORANDO, 2018).

Essas investidas contra os LGBTQs da época não ficavam à cargo unicamente da polícia civil e/ou militar, mas também eram executadas pelos três poderes da nação. Morando (2018, p. 54) lembra que no fim da década de 1950 os shows de travestis e *drag queens* cresciam exponencialmente em popularidade e em igual repressão sofrida, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, ao ponto que, em 3 de janeiro de 1965, já durante a ditadura brasileira, o diretor da Divisão de Divertimentos Públicos de São Paulo publicou um decreto no qual estipulava que “[...] as exhibições de nu artístico, *strip-tease* e travestis só poderiam ser feitas em teatro, sob severa fiscalização ‘em que se resguarde o decoro público e o respeito à sociedade’”.

A caça às diversidades não estava concentrada unicamente no estado paulista, mas espalhando-se por todo o território nacional. Uma prova desse controle moral que colocou as polícias mineiras no centro da atenção nacional por um período foi a notícia veiculada no jornal Correio de Minas de 14 de janeiro de 1965:

Polícia adverte homem de batom

Os invertidos que saírem à rua usando batom, roupas justas e derem escândalos serão presos, a partir de hoje, pelos investigadores da Delegacia de Costumes, por ordem do Sr. Francisco de Assis Gouveia, que tem um plano de moralização da cidade. Os pontos mais visados pela polícia são a Rua Espírito Santo, Rua Rio de Janeiro, Praça Raul Soares e um trecho da Av. Afonso Pena. O Delegado Francisco de Assis

¹⁰ Pode-se compreender o conceito de ‘Movimento Social’ como uma formação de ação coletiva que tem por objetivo a solidariedade e a ruptura de limites socialmente desiguais (MERLUCCI, 1989).

Gouveia disse que a medida será tomada para atender as queixas que todos os dias chegam a seu conhecimento.

Acrescentou que as prisões serão cumpridas no depósito de Lagoinha e que, se o caso for mais grave, um invertido ficará na Penitenciária de Neves, depois de processado pela Delegacia de Costumes. A calça justa, o batom e o pó de arroz, a partir de hoje, segundo o Delegado Francisco de Assis Gouveia, “é proibido terminantemente, para os invertidos, que, se persistirem no abuso, serão presos pelos investigadores” (MORANDO, 2018, p. 55, grifo meu).

A determinação provocou escândalo e chacotas por todo o país, colocando a capital mineira no centro de piadas e gozações pelas duas semanas seguintes ao ponto que um dos principais colunistas de humor da época, Sérgio Marcos Rangel Porto – que escrevia sob o pseudônimo de ‘Stanislaw Ponte Preta’ – comentou por duas vezes a portaria em suas crônicas no jornal Última Hora, entretanto, essa perseguição não perdurou após o carnaval daquele mesmo ano (MORANDO, 2018).

Durante os seus primeiros 4 anos, a Ditadura Militar não teve grande preocupação com os estudantes, intelectuais, movimentos sociais, artistas e militantes, entretanto, em março de 1968, após o assassinato do estudante Edson Luís, tais segmentos da sociedade se rebelam contra o governo provisório e realizam a ‘Passeata dos Cem Mil’ que foi considerada o ápice das ações de descontentamento com o controle militar (RODRIGUES, 2018b).

A partir disso, em 13 de dezembro do mesmo ano, o regime autoritário decreta o AI-5, cassa os mandatos, fecha o Congresso e proíbe toda e qualquer rebelião contra a política da época (RODRIGUES, 2018b).

Consequentemente a essa ação totalitária, seis meses depois, surge o primeiro jornal alternativo, em 1969, conhecido como o ‘Pasquim’ e que, por sua vez, deu o *start* para que outros veículos de imprensa não-oficiais surgissem com propostas e públicos diferentes.

Segundo Kucinski, cerca de 150 periódicos nasceram e morreram entre 1964 e 1980. De tamanho tabloide – metade do usado nos jornais tradicionais –, eles se caracterizavam pela oposição ferrenha ao regime militar e ficaram conhecidos como “nanico”, “de leitor”, “independente”, “underground” ou ainda como “imprensa alternativa”. Em 1974, no ano do apogeu da imprensa nanica, a diversidade temática dos nanicos incluía os gramscianos, os leninistas, os feministas, os ecológicos, os pregadores da importância da sexualidade etc. (RODRIGUES, 2018b, p. 86).

Com esta aberta de novos veículos informativos que objetivavam se opor ao sistema da época, surge a imprensa destinada às diversidades sexuais, caracterizada ainda de ‘imprensa gay’.

Embora nos Estados Unidos o jornal ‘Vice-Versa’ já circulasse desde 1947 publicando notícias exclusivas sobre a comunidade LGBTQ+ da Califórnia e Los Angeles, na cidade do Rio de Janeiro, durante a década de 1960, já era possível encontrar o ‘*Snob*’, ‘*Le Femme*’, ‘Subúrbio à Noite’, ‘Gente Gay’, ‘Aliança de Ativistas Homossexuais’, ‘*Eros*’, ‘*La Saison*’, ‘O Centauro’, ‘O Vic’, ‘O Grupo’, ‘*Darling*’, ‘*Gay Press Magazin*’, ‘20 de Abril’ e ‘O Centro’; em Niterói (RJ) também existiam ‘Os Felinos’, ‘Opinião’, ‘O Mito’; no município de Campos dos Goytacazes (RJ) circulava o ‘*Le Sophistique*’ e na Bahia (BA) havia ‘O Gay’, ‘O *Gay Society*’, ‘O Tiraninho’, ‘Fatos e Fofocas’, ‘*Baby Zéfiro*’, ‘*Little Darling*’ e ‘*Ello*’ e em São Paulo era possível ter acesso ao ‘Entender’, ‘Mundo Gay’ e ‘Jornal dos Entendidos’ (RODRIGUES, 2018).

Rodrigues (2018b) ressalta que todos estes títulos, embora populares por um curto período, eram confeccionados artesanalmente e que, por isso, tiveram pouco tempo de duração e, por isso, alguns profissionais se uniram e criaram a Associação Brasileira de Imprensa Gay (ABIG).

Foi neste contexto histórico de revoltas, durante a década de 1970, que os esforços da população LGBTQ+ brasileira começam a produzir resultados duradouros, já que 1978 apresentou uma relativa flexibilização do regime autoritário, este novo movimento tem dois de seus primeiros marcos: é na segunda metade deste decênio que essas ações se tornam o Movimento Homossexual Brasileiro (MHB) (QUINALHA, 2022) e em 1978 é lançado o jornal ‘Lampião da Esquina’ (MACRAE, 2018).

No fim da década de 1970, precisamente em 1978, estreia o jornal ‘Lampião da Esquina’ que tinha como foco a publicação de notícias e entrevistas exclusivas do/ao público LGBTQ+ da época (QUINALHA, 2022). Diferente dos demais periódicos que já circularam na imprensa alternativa, o Lampião se destacou por possuir pessoal qualificado da área jornalística e por produzir materiais profissionais, não apenas artesanais como os seus antecessores (RODRIGUES, 2018b).

Com uma redação majoritariamente de gays e lésbicas, este jornal publicou o seu primeiro número com uma entrevista do jornalista Celso Curi relatando sobre o processo do qual era réu em razão de uma de suas colunas opinativas, publicadas no periódico ‘Última Hora’, e que havia sido alvo de menção judicial com acusação de macular a moral e os bons costumes (QUINALHA, 2022).

[...] o aparecimento do *Lampião da Esquina* foi um marco na história editorial brasileira. O jornal é considerado o primeiro veículo de ampla circulação dirigido ao público homossexual. Ainda que outras publicações tenham surgido antes dele, todas feitas de forma artesanal, foi o *Lampião* que inaugurou um novo tempo na história da mídia impressa gay no Brasil (RODRIGUES, 2018a, p. 238, grifos do autor).

Tanto o MHB quando o *Lampião da Esquina* foram respostas diretas à censura e repressão do militarismo que o Brasil enfrentava na época e, por isso, ambos sofreram ataques constantes deste governo provisório (MACRAE, 2018).

Ocanha (2018) lembra que essa necessidade de revolta contra o governo acontecia por muitos motivos, mas o primeiro deles era a violência e as batidas policiais contra os locais LGBTs dos grandes centros urbanos.

O autor (2018) observa que na cidade de São Paulo, por exemplo, o ápice dessas agressões foi o ano de 1976 – um dos motivos que culminou na fundação do *Lampião da Esquina* e do MHB – no qual a iniciativa militar contra a comunidade era intensa, o jornalista Celso Curi lança a sua coluna ‘Coluna do Meio’ no jornal ‘Última Hora’ destinada aos homossexuais masculinos e que, devido ao sucesso, teve grande perseguição dos órgãos da censura e que resultou em um processo movido pelo Estado alegando ofensas contra a moral e os bons costumes. O jornalista venceu a ação judicial, mas perdeu o emprego e o espaço no campo jornalístico, inclusive, essa foi uma das manchetes no número de estreia do *Lampião da Esquina*.

No mesmo ano, o comando policial paulista realiza um estudo criminológico sobre a prostituição masculina, de travestis e de transexuais na capital do estado e, com isso, conclui que este público se concentrava exclusivamente em saunas e bares e percebem que esse cenário estava discretamente em plena expansão (OCANHA, 2018).

O historiador James N. Green classificou a situação de homossexuais neste período como participantes de um espaço semipúblico, pois cotidianamente estavam sujeitos a atitudes hostis da polícia, da imprensa e de setores conservadores da sociedade. Por mais que a abertura política tivesse representado um avanço perante as décadas passadas, a manutenção dos territórios onde era possível viver experiências homoeróticas e homoafetivas não se dava de forma tranquila, sendo negociada e vigiada pelas forças policiais que realizavam rondas para controlar tais territórios (OCANHA, 2018, p. 149-150).

Como resultado deste momento histórico de ocupação e vida em espaços semipúblicos, em 1978 alguns editores do *Lampião da Esquina* se unem na capital paulista e, com a ajuda de outros militantes e manifestantes da época, organizam a fundação de um grupo

em prol da diversidade sexual e da população LGBTQ+ da época que futuramente seria conhecida como o grupo ‘Somos’ (GREEN, 2018; FACCHINI; RODRIGUES, 2018).

Esse grupo unia os principais nomes da luta pela sexualidade homossexual, bissexual, travesti e transexual da época para ações conjuntas, organizadas e sistematizadas contra a ditadura que, em pouco tempo, entraria em seu período mais crítico e violento de toda a existência desse regime autoritário (GREEN, 2018).

Embora o clima político tenha se acalmado no fim da década de 1970, as pessoas travestis e transexuais eram vistas como uma novidade para a época e, por isso, foram os principais alvos da política, da lei da vadiagem¹¹, da censura e da polícia no regime ditador (OCANHA, 2018).

Facchini e Rodrigues (2018, p. 238) também recordam que a década de 1980 não representou apenas o endurecimento do movimento político-militar que controlava o Brasil na época, mas também uma “[...] drástica redução na quantidade de grupos ativistas e mudanças na distribuição geográfica dos grupos mais influentes e na sua postura política” em virtude da dureza da ditadura, assim como em função dos ataques sofridos por parte da opinião pública que era motivada pelo preconceito da Aids que, nesse período, chegou a ser chamada de ‘peste gay’.

Esse período fez com que os principais grupos articuladores dos movimentos LGBTQs se transferissem do eixo Rio de Janeiro-São Paulo para o Rio de Janeiro-Nordeste, dando destaque a dois novos ativistas da época: João Antônio Mascarenhas – um membro inicial do grupo de intelectuais que fundou o ‘Lampião da Esquina’ e criador do grupo ‘Triângulo Rosa’ – e Luiz Mott – que, mais tarde, encabeçaria a criação do Grupo Gay da Bahia’ (GGB) (FACCHINI; RODRIGUES, 2018).

Quinalha (2022) sustenta que, a partir de 1982, os movimentos LGBTQs passaram a não apenas exigir o respeito à sua forma de ser e existir, mas também a atuar de forma mais incisiva contra ao regime autoritário que estava instaurado no Brasil. Para o pesquisador (2022, p. 109),

¹¹ O termo ‘vadiagem’ foi inserido no Código Penal no período republicano do Brasil no artigo 390 de 1890 e tinha como objetivo, de forma geral, punir aqueles(as) que não comprovassem alguma ocupação estudantil e/ou trabalhista (OCANHA 2018). Em 1941 o então Presidente da República, Getúlio Vargas, altera este estatuto mudando a vadiagem de crime para contravenção penal, isto é, declarando-a, agora, apenas como um crime de leve gravidade (OCANHA 2018). Em 1976 o delegado Guido Fonseca se configurou como um dos principais personagens no que tange da punição de classes e grupos minoritários e/ou marginalizados em função de seus códigos morais e, a partir de um aval do governo militar, fez uso dessa lei para humilhar e prender travestis e transexuais que não comprovassem renda e/ou que descumpriam alguma medida moral (OCANHA 2018).

muito “[...] da atuação desses grupos pioneiros se voltou para uma crítica ao autoritarismo e ao conservadorismo moral que lhe era inseparável” e ainda observa que o intuito dos movimentos LGBTs da época era promover toda e qualquer ação que “[...] denunciava a censura, pedia o fim da violência policial, defendia liberdades de expressão e organização, tematizava questões eleitorais, inclusive com participação ativa nas eleições de 1982”.

Com o fim da Ditadura Militar de 1964 e a Redemocratização, este movimento social começa a ganhar visibilidade, popularidade e adesão ao questionar os papéis sociosexuais impostos socialmente e por sua luta democrática em prol da igualdade, além de uma participação política crescente, desde 2008 quando o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participou de uma das muitas conferências que o grupo organizava, sendo o primeiro presidente a propor diálogo com o movimento GLBTT brasileiro (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

4.4 As movimentações LGBTs brasileiras: das ações sociais às propostas escolares

Já na esfera educacional, o uso do termo ‘Diversidade sexual’ deve acontecer pelo amplo debate e variedade de estudos acerca das várias formas que o ser humano pode manifestar seus desejos, não associando-as unicamente as identidades sexuais (COSTA, 1992; HEILBORN, 2004; GAGNON, 2006; CASS, 1984).

Embora nos dias atuais haja movimentos sociais que buscam o debate sobre a intolerância e o preconceito, é necessário levar esta discussão para o interior das instituições de ensino (NARDI, 2012), pois é onde ocorrem agressões e violações, às vezes validadas por estas instituições que não se posicionam contra este tipo de preconceito (ALTMANN, 2013), já que a classe de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs), muitas vezes considerada como “minorias sociais” é, segundo apontamentos, o grupo mais acometido por atitudes injustificáveis de agressões verbais ou físicas (PINHO; PULCINO, 2016).

Uma pesquisa feita nos países latinos por duas comissões da Câmara dos Deputados, entre dezembro de 2015 e março de 2016, revelou que 73% dos estudantes LGBTs no Brasil sofrem LGBTfobia verbal ou psicológica na escola e os outros 27% já sofreram agressão física dentro do local de ensino (LIMA, 2017). No Brasil, há uma morte LGBT+ a cada 16 horas (SOBRINHO, 2019), transformando o país no mais perigoso do mundo para este grupo social.

Para tentar contribuir com o cessar a este cenário de perseguição, discriminação e agressão às formas de expressão das Diversidades sexuais, principalmente dentro dos ambientes de ensino, é necessário capacitar os professores para debaterem estes assuntos tanto com seus alunos como com os pais e responsáveis (FERNANDES, 2008) e é com este intuito que o trabalho aqui apresentado se fundamenta e objetiva pesquisar a existência de debate sobre a discriminação na formação dos futuros professores da Universidade Estadual Paulista, para compreender como é a inserção desta discussão no ambiente educacional.

5 DIVERSIDADES SEXUAIS E EDUCAÇÃO

5.1 As Diversidades sexuais no contexto escolar

A escola, independentemente do nível/esfera de ensino, é um local de enfrentamento social e de aquisição de conhecimentos científicos, produzidos historicamente pelo homem. O grupo de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs), referido, muitas vezes, como “minorias”, é, segundo incontáveis pesquisas, o grupo mais atingido por atos gratuitos de agressões, verbais ou físicas no ambiente educacional (MOTA; FRANCISCO, 2018).

Isto acontece por muitos motivos, entre eles está a visão de que estas crianças precisariam ser protegidas destas ações externas, mas isso desconsidera os jovens LGBTs que, desde cedo, sofrem pressões disfarçadas de cuidado, esquecendo-se que estes adolescentes, como lembra Preciado (2013) também possuem duas individualidades e necessidades que, quase sempre, são ignoradas ou ocultadas.

A homossexualidade é um assunto que transcorre gerações e classes sociais sendo mal interpretada na sociedade por discutir a atribuição de papéis fundamentados apenas na configuração de gênero do indivíduo. Esta divisão de funções, entre meninos e meninas heterossexuais, é feita desde cedo em cada ser humano, impondo expectativas às ações pessoais e profissionais de cada um (FRY; MACRAE, 1985).

O estigma social era acreditar que se não ‘consertados’, os LGBTs tenderiam a ter condutas inconiventes com o que, se acreditava ser harmônico com o seu gênero biológico, assim, os gays agiriam de forma mais feminina e as lésbicas de maneira masculinizada (FRY; MACRAE, 1985). Estas atuações necessitariam ser analisadas e corrigidas, unicamente, pela

psicologia ou psiquiatria, com intuito de tratamento, ao que se considerava doença ou desvio de conduta.

Até 17 de maio de 1990, quando revogada, a homossexualidade ainda era qualificada como patologia pela Classificação Internacional de Doenças (CID) setor proveniente da Organização Mundial de Saúde (OMS) (PINHO; PULCINO, 2016). Como resultado dos atos de libertação, os “[...] movimentos LGBTTT norte-americanos influenciaram muitas frentes pelo mundo. No Brasil, foi criada em 31 de janeiro de 1995, com 31 grupos fundadores, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)” (PINHO; PULCINO, 2016, p.676).

Quanto ao cenário escolar, independentemente dos eventos da década de 1990, esse tema é tratando como arriscado, já que ainda se mantém vestígios da influência que a Igreja Católica mantinha sobre a educação até o século XX, porque, no viés religioso-educacional, a heterossexualidade era, e ainda é, a única orientação sexual vigorante e digna de zelo e apoio.

Altmann (2013) acredita que a ligação existente entre a educação e a diversidade sexual se acomoda nos argumentos de poder desempenhados por grupos sociais influentes que, quando citam tal tópico, se destinam exclusivamente aos temas correlacionados como a Aids nos anos de 1980 e a propagação das Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs).

A inclusão de um tema transversal intitulado orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) concretiza esse movimento. Elaborados em 1996 com o objetivo de estabelecer uma referência curricular nacional, os PCNs apresentam a educação sexual como um tema transversal, nomeado de “orientação sexual”, a ser trabalhado nas escolas brasileiras. De acordo com esta proposta, os temas transversais tematizam problemas fundamentais e urgentes da vida social, a orientação sexual sendo justificada pelo crescimento de casos de “gravidez indesejada” entre adolescentes e pelo risco da contaminação através do HIV. (ALTMANN, 2013, p.74).

5.2 Um breve histórico da Formação na educação para gênero e sexualidades

Até onde se sabe, um dos primeiros países a promover um debate efetivo sobre as Diversidades sexuais foi a Suécia em 1770 quando, ainda no século XVIII, o país nórdico já organizava e executava conferências públicas para discutir sobre algumas funções sexuais – em sua maioria biológicas, mas já com algumas do campo sentimental (RIBEIRO, 2013).

Como já apontado no presente trabalho, Figueiró (2009) explicou que foi no decorrer do século XIX, na Medicina, que surge a Sexologia, campo que tinha como objetivo discutir e estudar os detalhes acerca das performances sexuais, principalmente no viés biológico.

Com o passar do tempo, a Educação Sexual pleiteou lugar, voz e vez nos interiores das instituições de ensino para ensinar tanto a alunos quanto a estudantes de magistério sobre as Diversidades e funções sexuais, porém só no século XX essa área do conhecimento ganha corpo e adeptos para isso (RIBEIRO, 2013, p. 7).

O Brasil foi o primeiro país das Américas, no século XX, a se envolver com a Educação Sexual em prol das Diversidades sexuais, pois já nas primeiras décadas do centenário, os estudiosos produziram uma gama de materiais educativos como o livro ‘Educação Sexual’ (1934) de José de Albuquerque, além das primeiras organizações, como foi o caso do ‘Círculo Brasileiro de Educação Sexual’ (1933) idealizado por Albuquerque (REIS; RIBEIRO, 2004).

Boethius (1984) destaca que, na Europa, novamente a Suécia sai na frente dos demais países ao, em 1942, recomendar que o estudo sexual fosse, também, introduzido nos ambientes escolares; no ano seguinte o Ministério da Educação Inglês publica o manual “Educação Sexual para as Escolas e Organizações Juvenis” e, de volta à Suécia, em 1945 o país produziu os primeiros materiais instrutivos para os docentes.

A obrigatoriedade de uma disciplina na escola que conversasse com os estudantes da educação básica sobre os conceitos básicos da sexualidade humana surge na Noruega em 1950 e depois na Suécia em 1956 (FERNANDES, 2006)

Em 1958, a Itália também manifesta interesse na questão e, nove anos depois, em 1967, nasce o ‘Centro de Estudos para a Educação Sexual’, em Veneza, e o ‘Centro Italiano de Sexologia’, em Roma (FERNANDES, 2006).

Diferente das nações listadas acima, Portugal desenvolveu o tema de forma gradual e em etapas, o que demorou entre 1971 e 1984, este último representando o ano no qual o país consolidou a primeira lei que estabelecia a “[...] educação sexual como componente do direito fundamental à educação” (RIBEIRO, 2013, p. 8).

E o estudo sobre as Diversidades sexuais chega ao século XXI após várias tentativas de implantação de programas ou efetivações no espaço da escola básica ou superior, pois “[...] ainda carecemos de um investimento significativo na formação de profissionais de Educação e Saúde para que possam desenvolver ações interventivas educativas envolvendo questões de sexualidade, gênero, corpo e diversidade sexual” (RIBEIRO, 2013, p. 7) no Brasil.

Embora tenha sido um dos pioneiros com a temática nos continentes Americanos, estabelecendo esta relação ainda nas duas primeiras décadas do século XX, o Brasil ainda não

possui uma lei de obrigatoriedade da Educação Sexual e da discussão das Diversidades sexuais no âmbito do ensino básico, público e superior (REIS; RIBEIRO, 2004).

Resultando das ações sociais e acadêmicas da comunidade LGBTQ+, Porto Alegre (RS), na década de 1990, foi a cidade pioneira no assunto da diversidade, pois via sua Secretaria Municipal de Educação (SMED), realizar programas de Educação Sexual, no início do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) por meio de uma formação para o ensino municipal (NARDI, 2012).

Essas iniciativas da cidade do Rio Grande do Sul se basearam na realização de dois projetos: o ‘Sexo em Debate na Escola’ e o ‘Projeto de Orientação Sexual’, ambos voltados à esfera escolar no qual, o primeiro, em parceria com a SMED e o Serviço Social, promoveu uma capacitação para os professores da rede municipal acerca de assuntos da Diversidade sexual e que, depois, também seriam levados à escola na qual os docentes trabalham (NARDI, 2012).

Já sobre o segundo, Nardi (2012, p. 66) explica que:

O projeto de orientação sexual (termo escolhido em substituição à educação sexual) da SMED de Porto Alegre foi implantado em 25 escolas da rede em 1991. A proposta tinha como princípio a ideia de que o trabalho deveria ser desenvolvido em caráter sistemático e permanente no currículo escolar, no tempo de um turno semana, sendo facultativa a participação das/os alunas/os e oferecido em horário alternativo ao estudo regular. Uma das atribuições da/o professor/a de orientação sexual era propor reuniões com professoras/es, pais, funcionárias/os e comunidade escolar. Em várias escolas da rede municipal as oficinas de sexualidade se mantiveram por alguns anos e os grupos/reuniões de discussão com a comunidade escolar de fato foram levados a cabo.

Posteriormente, após a virada do milênio, todas essas propostas foram extintas e assunto só foi retomado, de forma mais extensa, com o programa ‘Brasil sem Homofobia’¹² do governo federal.

O programa “Brasil sem homofobia” diferencia-se dos projetos anteriores, pois propõe inserir o tema da diversidade sexual no espaço escolar e traz a discussão da igualdade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Este programa prevê ações principalmente no campo da justiça e da educação, buscando a afirmação da igualdade de direitos e a proteção das minorias sexuais contra os efeitos do preconceito e do estigma. Dentre os seus objetivos, a proposta de cursos de formação para professores/as tem como alvo a promoção do respeito à diversidade sexual como um direito fundamental para o pleno exercício da cidadania. Para dar conta deste objetivo, o Ministério da Educação lançou editais, em 2005 e 2006, propondo o financiamento de projetos de formação de professoras/es. Quinze projetos foram escolhidos em 2005 e 32 em 2006, entre estes, projetos de duas ONGs de Porto Alegre foram aprovados nos dois editais citados (NARDI, 2012, p. 67).

¹² Disponível em: <http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/brasil-sem-homofobia>.

No momento, a educação nacional ainda se depara com dificuldades para abordar o tema sem a intervenção de alianças radicais e pelo fato da escola ter um “[...] forte controle heteronormativo, estando a heteronormatividade presente em seus discursos, silêncios e práticas, faz-se necessário repensar a lógica e desvelar os mecanismos de exclusão presentes no cotidiano escolar” (PINHO; PULCINO, 2016, p. 677).

Como efeito desta inaptidão do sistema educacional em operar a favor da igualdade e segurança, os episódios de violência e agressão, gerados pela LGBTfobia, são corriqueiros nas instituições e, assim, põem a gestão e o corpo docente frente ao preconceito e a falta de formação e conhecimento de como atuar.

Quando se transfere o foco para o ensino superior, pode-se notar que os cursos de licenciatura não têm, no Brasil, material e conteúdos propostos à diversidade sexual e suas peculiaridades. No ambiente educacional, quando aludidos em sala de aula, comumente é a partir da biologia, ao ponderar o ser humano ou apenas a reprodução. Os universitários, futuros professores(as), não são instigados ao estudo sobre a sexualidade, portanto, o tema vira tabu nas aulas com jovens e adolescentes (ALTMANN, 2013).

Com o objetivo de avaliar o envolvimento da comunidade, docentes e gestores sobre a diversidade e a LGBTfobia, Garcia e Bizzo (2018) observaram, *in loco*, o processo de elaboração dos Planos Municipais de Educação na região do ABC paulista (SP).

Os autores (2018) notaram, sobretudo, a participação da população quanto ao tópico dos direitos LGBTs. Em todas as 07 cidades da região (Santo André, São Bernardo do Campo, Diadema, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) houve claras discussões, contestações acaloradas e, no fim, a dissolução de todo tipo de tema que conseguisse auxiliar, de alguma maneira, a sociedade LGBT+ (GARCIA; BIZZO, 2018).

Mesmo com todos estes eventos que ocorreram no âmbito do debate sobre a sexualidade e suas manifestações, é importante perceber que na esfera educacional o uso do termo ‘Diversidade sexual’ deve acontecer pelo amplo debate e variedade de estudos acerca das várias formas que o ser humano pode manifestar seus desejos, não associando-as unicamente as identidades sexuais (COSTA, 1992; HEILBORN, 2004; GAGNON, 2006; CASS, 1984).

Pocahy (2011) mostra que entender essas formas de manifestação discriminatórias é importante para construir articulações que permitam a estes indivíduos subalternizados se libertarem destas amarras sociais pré-estabelecidas.

Embora nos dias atuais haja movimentos sociais que buscam o debate sobre a intolerância e o preconceito, é necessário levar esta discussão para o interior das instituições de ensino (NARDI, 2012), pois é onde ocorrem agressões e violações, às vezes validadas por estas instituições que não se posicionam contra este tipo de preconceito (ALTMANN, 2013), já que a classe de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Travestis (LGBTs), muitas vezes considerada como “minorias sociais” é, segundo apontamentos, o grupo mais acometido por atitudes injustificáveis de agressões verbais ou físicas (PINHO; PULCINO, 2016).

As pesquisas destacadas são exemplos de trabalhos que fundamentam os cenários discriminatórios apontados pelo *American Journal of Public Health*, que afirma que uma das consequências desta LGBTfobia é o fato de que homossexuais entre 13 e 18 anos têm sete vezes mais chances de cometer suicídio que heterossexuais na mesma faixa etária (MOTT, 2009), um demonstrativo da necessidade da discussão sobre a tolerância e respeito a todas as formas de expressão sexual no ambiente escolar.

As identidades sexuais também devem ser debatidas nas escolas, assim como as de gênero, para que os estudantes entendessem com mais naturalidade a pluralidade de sexualidades e desejos que o ser humano pode manifestar em sua existência (RIBEIRO, 2008).

No ensino superior a aproximação com o tópico também existe, mas não é presente em todos os cursos e nem em todas as universidades ou institutos, o que garante, ou não, esta inserção, é a atuação de grupos de pesquisa, militantes e pesquisadores interessados nesse objeto de estudo (RIBEIRO, 2013).

No entanto, por mais que haja uma intensa e valiosa produção bibliográfica em sexualidade, gênero, e educação sexual gerada a partir das universidades, a penetração destes grupos nas escolas brasileiras ainda é incipiente e insuficiente. Há um número infinitamente maior de escolas e as ações dos pesquisadores e professores das universidades não conseguem atingir sua totalidade (RIBEIRO, 2013, p. 9-10).

É importante que o debate sobre as diversidades sexuais e o gênero estejam dentro de cada vez mais escolas e, por isso, em primeiro lugar discutido com os estudantes de licenciatura, porque o ambiente de ensino é um local que atende a todas as formas e manifestações sexuais e, por isso, a formação de professores que consigam construir esses diálogos “[...] além de urgente, necessita de objetos e parâmetros norteadores com ênfase na promoção da cultura do reconhecimento da diversidade sexual, da igualdade de gênero e da sexualidade [...]” (RIBEIRO, 2013, p. 11).

Portanto, é necessário refletir sobre a construção do conhecimento junto aos estudantes de licenciatura e, para tal, pensar, também, na importância da formação¹³ de professores para/em Diversidades sexuais, isto é, para que estejam habilitados a debates em profundidade esta temática em seus ambientes profissionais.

5.3 A Formação de Professores para/em Diversidades sexuais

A escola, assim como os demais ambientes sociais, historicamente se constitui de um local normatizador, no qual todos vivem a ilusão de estarem sob um mesmo padrão e, por isso, durante muito tempo ignorou as diferenças, as sexualidades e os gêneros (LOURO, 2000). Entretanto, essas fronteiras sociais são frequentemente rompidas e, desta forma, evidencia-se, que as barreiras sexuais não podem ser totalmente controladas (JESUS, 2012).

Percebendo este contexto, já em 2012, Xavier Filha constatava que eram poucos os cursos de licenciatura que ofereciam em sua grade algum componente que compreendesse a temática da sexualidade, mesmo que de forma optativa e as opções existentes partiram das ações de militantes ou de docentes que pesquisam o assunto.

Considero que uma disciplina sozinha não pode abarcar todos os conhecimentos para colaborar na construção da identidade profissional e ética dos/as futuros/as educadores/as; no entanto, é um espaço privilegiado de discussão, estudo e reflexão sobre assuntos, conceitos e conteúdos que, sem a referida disciplina, sequer seriam aprofundados ao longo de toda a formação (XAVIER FILHA, 20.012, p. 17)

Para que a Sexualidade ou as Diversidades sexuais ingressem nos currículos dos cursos de formação dos futuros professores, é necessário não só a vontade e o interesse dos universitários, mas, principalmente, um processo um conjunto de demandas sociais, organizacionais e políticas (FURLANI, 2010).

Prado *et al* (2009) lembra que é importante perceber a relevância destas inserções nas formações dos estudantes, como forma de construir um contexto cidadão que se pauta no respeito e nos direitos humanos dentro das escolas ao debater as sexualidades.

¹³ O termo “formação” não foi e nem é utilizado aqui em um sentido linguístico limitador. Como alerta Xavier Filha (2012, p. 13), este vocábulo não tem a intenção de “[...] colocar em forma ou tonar alguém capaz de realizar algo [...]”, mas sim parte da iniciativa da construção coletiva de um conhecimento sobre as Diversidades sexuais.

Trazer essa questão para as salas de aula, universitárias ou da educação básica, é dar o direito do aluno em entender as várias formas das pedagogias da sexualidade e do gênero e ofertar a este graduando o arcabouço teórico e prático suficiente para que saiba lidar com as situações que podem aparecer em seu ambiente de trabalho e/ou estágio (XAVIER FILHA, 2012).

Essas pedagogias da sexualidade estão em constante execução na escola tradicional, mesmo que nem todos saibam disso, pois é por meio delas que se constrói as percepções sociais e culturais sobre o que é ou não correto sobre as formas de comportamento, desejos e condutas, que também se expressam dentro da esfera escolar (LOURO, 2000).

As instituições de ensino e seus profissionais estão em constante processo de formação dos alunos que ali se encontram, moldando-os para que se encaixem nos padrões que cada sociedade cultural e/ou geográfica desenha para si (LOURO, 1997).

É nessa realidade que os novos professores se encaixarão e, para isso, esses cursos devem representar oportunidades de discussão, construção e desconstrução crítica de saberes e discursos sociais pré-estabelecidos (XAVIER FILHA, 2012).

[...] há um terror de se falar sobre sexualidade, em especial com a infância. Este medo é justificado pela não-interferência em sua educação familiar. Neste sentido, pensa-se que a sexualidade é campo privado e atribuição exclusiva de sua educação pela família. Esta perspectiva é corroborada por um importante documento oficial, os Parâmetros Curriculares Nacionais. O tema transversal de Orientação Sexual justifica a necessidade de momentos sistemáticos e transversais de conteúdos relativos a sexualidade, corpo, gênero [...] (XAVIER FILHA, 2012, p. 25).

Em um resgate de memória, Furlani (2010) pontua que nos anos de 1980 a ‘pedagogia libertadora’ era a tônica da vez em busca de um desenvolvimento infanto-juvenil integral, na década seguinte estes alunos passam a serem vistos também como sujeitos de direitos e, para tanto, a escola tem o dever de formá-los quanto à cidadania e evitando traços que pudessem promover qualquer exclusão social.

Essa construção do sujeito de/com direitos demanda uma construção que, por sua vez, requer considerar as implicações da sexualidade e de suas diversidades na constituição deste indivíduo dentro e fora do ambiente pedagógico (PRADO *et al.*, 2009, p. 118).

Cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a

complementa. Constitui um processo formal e sistematizado que acontece dentro da instituição escolar, exige planejamento e propõe uma intervenção por parte dos profissionais da educação (BRASIL, 1997, p. 83).

Embora os PCNs desde 1997 orientem facultativamente o debate sobre as Diversidades sexuais de forma transdisciplinar na escola básica, Xavier Filha (2012, p. 26) alerta que este assunto ainda enfrenta a resistência de alguns setores da sociedade, já que outros projetos escolares são realizados sem que necessitem de uma autorização prévia dos responsáveis, mas quando algo sobre a sexualidade é proposto só pode ser tirado do papel “[...] com a autorização por escrito dos pais/mães/responsáveis pelas crianças”.

É cada vez mais urgente que a escola traga para os seus currículos a sexualidade e as diversidades enquanto tópico de estudo, não apenas nas Ciências Biológicas, mas se possível de forma interdisciplinar, para que as diferenças, o respeito e a igualdade seja compreendida como elementos inerentes ao ser humano e que não deve existir uma hierarquização das orientações sexuais, como ainda ocorre no Brasil, na qual a comunidade atribui à homossexualidade o caráter de norma e à heterossexualidade um lugar marginal até mesmo dentro das escolas (RUBIN, 1993).

Com o intuito de amenizar esses cenários de intolerâncias dentro dos ambientes educacionais, foi que o governo federal construiu o projeto Educação Sem Homofobia e o destinou aos professores e gestores, com o objetivo de reduzir as hierarquizações sexuais nos âmbitos escolares (PRADO *et al.*, 2009).

Um dos pilares desta classificação da qual uma orientação ou sexualidade é ordenada como superior a outra está ancorado, segundo Xavier Filha (2012), nos discursos de que a sexualidade é algo inerente ao indivíduo, isto é, é uma característica atribuída naturalmente. A sexualidade, e suas formas de expressão, é um setor construído socialmente acerca de como deve-se agir, ser, fazer, desejar, sentir, etc. (XAVIER FILHA, 2012).

Jesus (2012, p. 168) chama a atenção para que, em alguns casos, quando os profissionais não são preparados para a temática, algumas instituições podem recorrer a outras estratégias:

[...] se, por alguma razão, a escola foi pressionada a tocar na questão de sexualidade, o assunto sempre é visto como fenômeno natural ou divino, cuja finalidade é o casamento entre homens e mulheres. Assim, nesse mundo, qualquer menção a outras formas de identificação que não sejam a heterossexual deve ser rejeitada.

Assim, nenhuma instituição pode afirmar que em seu interior não existem expressões de sexualidades e diversidades, o que podem não existir, talvez, é o preparo de alguns profissionais, mas as performances sexuais sempre existirão em todos os ambientes.

As escolas determinam quais espaços são para meninas e quais são para meninos, há condutas esperadas para cada um dos gêneros e comportamentos reprováveis para cada um destes também, enfim, há condutas distintas defendidas para gêneros e sexualidades diferentes (XAVIER FILHA, 2012). É por isso que, para Louro (2000), a escola, enquanto instituição social, por muito tempo desempenhou o papel de incentivar a sexualidade que considera ‘normal’ e retalhar as demais.

É sempre importante lembrar dos apontamentos de Foucault (1993) que, fazendo um paralelo com a homossexualidade, era assertivo ao dissertar claramente que o que entendemos por ‘norma’, ‘anormalidade’ ou ‘perversão’ na verdade são resultados de processos históricos burgueses quem findam em controlar a opinião e direcionar os caminhos sociais da comunidade.

E é nessa conjuntura que cabe à escola e aos cursos de licenciatura o papel da reflexão crítica para a formação dos sujeitos enquanto cidadãos conscientes a fim de contribuir na redução dos estigmas, dos preconceitos e nas formas de opressão (RIOS, 2009).

Trabalhar esse papel crítico por meio das Diversidades sexuais deve ser uma atividade desempenhada por todos os professores, independentemente da disciplina na qual lecionem ou do curso do qual o estudante seja graduando. Por muito tempo, a tarefa de promover tal discussão foi direcionada essencialmente aos professores de Ciências/Biologia, uma vez que o saber valorizado para esse assunto era principalmente o científico-biológico (XAVIER FILHA, 2012).

Nota (2013) alerta para o equívoco dessa escolha e destaca que, em sua maioria, os cursos das Ciências Biológicas, mesmo em países diferentes, têm como foco na sexualidade-reprodutora, ignorando as demais categorias da vida humana como a identidade, as performances de gênero, as expressões sexuais, as orientações sexuais e o sentimento.

A sexualidade humana de que falávamos em sala de aula [nos cursos de biologia] era apenas um aglomerado de noções estabelecidas pela biologia, intimamente ligada ao corpo masculino e feminino representados por meio de corte sagital mediano e longitudinal da anatomia sexual, ao qual se lhes acrescia sua fisiologia. Eram corpos e mentes de mulheres e homens despidos de qualquer sentimento (NOTA, 2013, p. 241).

Esse enfoque que a escola básica brasileira dá às Ciências Biológicas quando é necessário falar sobre as sexualidades e/ou as Diversidades sexuais recai em um estilo de debate dogmático voltado às doenças, à genitalidade ou a uma “[...] catequese da biologia da sexualidade [...]” que não se preocupa com o desejo, o sentimento, o prazer ou as questões psicossociais das formas com as quais o ser humano pode expressar as suas sexualidades (NOTA, 2013).

Irvin (2003) finaliza ponderando que, quando a formação de professores não os prepara para trabalharem as temáticas das sexualidades e das diversidades, essa falha pode acarretar tendenciosidades, juízos, negativismos e a propagação de informações equivocadas, mas que, se instruídos com o mínimo de informações acerca das Diversidades sexuais, estes docentes poderão sentir-se mais livres, inclusive, para falar sobre suas próprias sexualidades em momentos de intimidade fora da escola.

6 COLETA DE INFORMAÇÕES E DISCUSSÃO

Após compreender as motivações que deram origem ao presente trabalho, os recursos e caminhos metodológicos que foram adotados para a construção dessa dissertação e a percepção da importância da compreensão da Sexualidade, como isso levou aos movimentos LGBTs ao redor do mundo e, também, entender sobre as Diversidades sexuais na Educação, neste capítulo que se seguirá será possível acompanhar a descrição dos dados encontrados, a análise destas informações e, por fim, as considerações nas quais pode-se chegar.

6.1 A curadoria de informações

A Unesp possui um total de 24 *campus*, sendo algumas cidades com mais de um deles, e, com isso, totaliza o montante de 48 cursos que objetivam a formação de futuros professores divididos, pela instituição, em três áreas de concentração, respectivamente¹⁴: Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Ciências Humanas (TABELA 1).

¹⁴ A própria Unesp categoriza os seus 48 cursos de licenciatura em três áreas do conhecimento, respectivamente, sendo elas: Ciências Biológicas, Ciências Exatas e Ciências Humanas. A ordem em que os cursos e *campi* aparecem na tabela é a mesma na qual a instituição apresenta os cursos em sua página oficial: <https://www2.unesp.br/portal#!/prograd/cursos/todos-os-cursos/>.

Tabela 1 – Licenciaturas da Unesp e quais possuem disciplinas sobre Diversidades sexuais

CURSO	ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	CAMPUS
Ciências Biológicas	Ciências Biológicas	Assis
Ciências Biológicas		Bauru
Ciências Biológicas		Botucatu
Ciências Biológicas		Ilha Solteira
Ciências Biológicas		Jaboticabal
Ciências Biológicas		Rio Claro
Ciências Biológicas		São José do Rio Preto
Ciências Biológicas		São Vicente
Educação Física		Bauru
Educação Física		Presidente Prudente
Educação Física		Rio Claro
Física	Ciências Exatas	Bauru
Física		Guaratinguetá
Física		Ilha Solteira
Física		Presidente Prudente
Física		Rio Claro
Física		São José do Rio Preto
Matemática		Bauru
Matemática		Guaratinguetá
Matemática		Ilha Solteira
Matemática		Presidente Prudente
Matemática		Rio Claro
Matemática		São José do Rio Preto
Química		Araraquara
Química		Bauru
Química		Presidente Prudente
Química		São José do Rio Preto
Arte-Teatro		São Paulo
Artes Visuais		Bauru

Artes Visuais	Ciências Humanas	São Paulo
Ciências Sociais		Araraquara
Ciências Sociais		Marília
Filosofia		Marília
Geografia		Ourinhos
Geografia		Presidente Prudente
Geografia		Rio Claro
História		Assis
História		Franca
Letras		Araraquara
Letras		Assis
Letras		São José do Rio Preto
Música		São Paulo
Pedagogia		Araraquara
Pedagogia		Bauru
Pedagogia		Marília
Pedagogia		Presidente Prudente
Pedagogia		Rio Claro
Pedagogia		São José do Rio Preto

Produção: Gabriel Batista Mota, 2023.

Como é possível notar pela tabulação dos cursos da universidade, entre as 48 licenciaturas (100%) 11 estão na área das Ciências Biológicas (23%), 16 nas Exatas (33%) e 21 são destinadas às Humanidades (44%)¹⁵.

Este dado evidencia que há uma procura maior, por parte dos estudantes universitários interessados na carreira escolar, em componentes curriculares que se debrucem sobre as teorias humanísticas.

Também se faz imprescindível observar que há dois cursos que se repetem em muitos *campi*, como é o caso da Pedagogia (6 unidades) e das Ciências Biológicas (8 unidades), o que

¹⁵ O cálculo dessas porcentagens resultou, em alguns casos, em dízimas periódicas. Então, para uma melhor visualização optou-se por aproximar esses valores.

deixa claro que são campos de com grande vasão para o mercado de trabalho. Em contrapartida, os cursos de Arte-Teatro (1 unidade) e Filosofia (1unidade) se mostram como pouco de interesse dos vestibulandos que prestam a prova de ingresso à Unesp.

6.2 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs)

Para a compreensão do objeto de pesquisa da presente dissertação foi necessário realizar uma pesquisa nos Projetos Políticos Pedagógicos das 48 licenciaturas da Unesp para analisar a grade curricular destes cursos e procurar de haveriam disciplinas que, pelo nome, poderiam indicar que trabalhariam, direta ou indiretamente a temática das Diversidades sexuais na sala de aula com os futuros professores.

Como o levantamento foi realizado durante o ano de 2022, momento em que alguns cursos estavam em fase reestruturação de seus PPPs, acessar tais documentos não se mostrou uma tarefa fácil, contudo, foi cumprida.

Após perceber que apenas o nome não seria o bastante para alcançar a meta estabelecida nesse trabalho, o segundo passo foi acrescentar à pesquisa o resultado do relatório da Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade.

6.3 A Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Caadi)¹⁶

Outro recurso que foi usado para chegar às disciplinas que, direta ou indiretamente, debateriam sobre as Diversidades sexuais com os licenciandos foi o relatório da Caadi.

Essa assessoria foi criada em 2021 para auxiliar a Unesp com os assuntos que envolvessem a equidade, a diversidade, a necessidade de ações afirmativas e o combate à discriminação (CAADI, 2022).

Entre os seus objetivos, está a coordenação de ações coletivas contra a discriminação na instituição, a o incentivo ao debate sobre as diversidades e as desigualdades, a promoção dos direitos humanos, entre outras.

Uma de suas ações realizadas em 2022 foi o levantamento sobre as Diversidades sexuais em vários âmbitos da vida universitária unespiana, a tabulação destes dados e a divulgação por

¹⁶ Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi/sobre/>

meio de um relatório (ANEXO A) que, por meio deste documento, a presente pesquisa conseguiu avançar a chegar a todas as disciplinas que foram possíveis de serem encontradas.

6.4 As disciplinas encontradas

Como descrito anteriormente, a partir da análise documental da matriz curricular de cada curso e do relatório ‘Levantamento – Diversidades no ensino, pesquisa, extensão e pós-graduação’ da Caadi foi possível constatar que dos 48 (100%) cursos de formação de futuros professores da universidade, apenas 07 (14%) apresentam algum componente, obrigatório ou optativo, que debate o assunto. Neste montante, 02 são das áreas biológicas (4%), 02 das exatas (4%) e 03 das humanas (6%)¹⁷, conforme tabulado abaixo (TABELA 2).

Tabela 2 – Disciplinas sobre Diversidades sexuais nas licenciaturas da Unesp

Área	Curso	Câmpus	Disciplina
Ciências Biológicas	Ciências Biológicas	Jaboticabal	Diversidade sexual e Cotidiano escolar ¹⁸ .
Ciências Biológicas	Educação Física	Rio Claro	Tendências da Educação Física ¹⁹ .
Ciências Exatas	Matemática	Ilha Solteira	Educação, sociedade e cultura ²⁰ .
Ciências Exatas	Matemática	Presidente Prudente	Seminários Especiais I ²¹ .

¹⁷ O cálculo dessas porcentagens resultou, em alguns casos, em dízimas periódicas. Então, para uma melhor visualização optou-se por aproximar esses valores.

¹⁸ O plano de ensino dessa disciplina encontra-se digitalizado no Anexo B.

¹⁹ Não foi possível ter acesso ao plano de ensino dessa disciplina.

²⁰ O plano de ensino dessa disciplina encontra-se digitalizado no Anexo C.

²¹ Não foi possível ter acesso ao plano de ensino dessa disciplina.

Ciências Humanas	Pedagogia	Araraquara	Formação de Identidade e Escolarização ²² .
Ciências Humanas	Pedagogia	Marília	Sexualidade e Deficiência ²³ . Educação em Direitos Humanos ²⁴ .
Ciências Humanas	Pedagogia	Rio Claro	Educação, sexualidade, diversidade e relações de gênero na escola ²⁵ . Fundamentos da Educação Inclusiva ²⁶ .

Tabulação: Gabriel Batista Mota/Caadi, 2023.

Foi possível ter acesso ao plano de ensino de algumas das disciplinas elencadas acima, por isso, tais documentos foram colocados nos anexos.

6.4.1 Reflexão sobre os planos de ensino das disciplinas

Como mencionado anteriormente, a partir da análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos estudados e do levantamento realizado pela Coordenadoria de Ações

²² O plano de ensino dessa disciplina encontra-se digitalizado no Anexo D.

²³ Não foi possível ter acesso ao plano de ensino dessa disciplina.

²⁴ O plano de ensino dessa disciplina encontra-se digitalizado no Anexo E.

²⁵ O plano de ensino dessa disciplina encontra-se digitalizado no Anexo F.

²⁶ Não foi possível ter acesso ao plano de ensino dessa disciplina.

Afirmativas, Diversidade e Equidade (Caadi) da Unesp, foi possível constatar que existiam, até dezembro de 2021, 09 disciplinas que promoviam debates sobre as diversidades sexuais e o gênero distribuídas em 07 cursos da instituição.

Entre todas 07 as disciplinas listadas no relatório da Caadi, foi possível ter acesso apenas aos planos de ensino dos seguintes componentes curriculares: “Diversidade Sexual e Cotidiano escolar” (ANEXO B), “Educação, Sociedade e Cultura” (ANEXO C), “Formação da Identidade e Escolarização” (ANEXO D), “Educação em Direitos Humanos” (ANEXO E) e “Educação, Sexualidade, Diversidade e Relações de Gênero na Escola” (ANEXO F).

Como explicado anteriormente, os demais planos de ensino não foram encontrados e/ou compartilhados pelos docentes ou cursos responsáveis.

A primeira disciplina da lista é a “Diversidade Sexual e Cotidiano escolar” (ANEXO B), que é oferecida de forma obrigatória aos estudantes do último ano do curso de licenciatura em Ciências Biológicas no *campus* de Jaboticabal (SP). Com uma carga horária total de 75h, este componente trabalha a Sexualidade, a Sexualidade na Escola e o Gênero, além de perspectivas biológicas sobre a temática e, também, a teorização acerca dos Direitos e práticas homossexuais.

A metodologia de ensino é descrita como sendo realizada por meio de seminários, aulas expositivas e dialogadas, produção de cartilhas, jogos, histórias em quadrinhos e roteiros de discussão. Já nas referências bibliográficas, se encontram trabalhos lúdicos e autores(as) já conhecidos(as) no campo dos estudos de diversidades sexuais e gênero como Guacira Louro, Joan Scott, Paul Preciado, João Nery e Judith Butler.

Trabalhar esses temas na formação dos futuros professores é de extrema importância no novo contexto no qual o Brasil se encontra, com a efervescência da militância e dos movimentos sociais, dos debates acerca dos direitos humanos e das identidades.

Souza, Mota e Silva (2022, p. 464-465) lembram que esses assuntos, na esfera educacional, sofreram uma grande interferência com as políticas anti-gênero que ganharam força a partir de 2010 em uma “[...] clara volta do conservadorismo apoiado por visões não-científicas que, de forma geral, tentam cercear as falas e saberes sobre a sexualidade no cenário escolar”.

Até mesmo projetos de formação docente, como a Residência Pedagógica, por exemplo, ainda possuem pouco contato com tópicos emergentes e que os documentos norteadores da educação nacional classificam como ‘transversais’ (MOTA; SOUZA, 2021) para o ensino.

Também é importante observar que este componente é um dos que mais apresentam, de acordo com o plano de ensino encontrado, uma descrição e imersão na temática das sexualidades e diversidades, entretanto, ao contrário dos demais, dedica metade do conteúdo à perspectiva biopatológica, deixando apenas o primeiro bloco destinado ao âmbito sociocultural das questões.

O segundo resultado do levantamento apresenta a “Educação, Sociedade e Cultura” (ANEXO C), que é ofertada aos graduandos da licenciatura em matemática de Ilha Solteira (SP).

Esta disciplina, em particular, só foi possível ser contabilizada na presente pesquisa com o auxílio do levantamento da Caadi, já que nem o nome, tampouco a ementa ou as referências bibliográficas descritas no plano de ensino apresentam indícios claros de que trabalhe as temáticas da diversidade sexual e do gênero com os licenciandos de exatas. Ela entrou na lista em razão da docente ter informado à Caadi que a diversidade sexual e o gênero são trabalhados de forma transversal e/ou indireta dentro dos demais conteúdos.

O terceiro componente curricular encontrado na pesquisa foi o “Formação da Identidade e Escolarização” (ANEXO D), que é direcionado de forma obrigatória aos alunos do último ano do curso de Pedagogia da Unesp no *campus* de Araraquara (SP).

Essa é a disciplina com a maior carga horária entre todas as que o pesquisador teve acesso ao plano de ensino. Totalizando 90h, essa matéria se propõe a dialogar com os licenciandos sobre os tópicos da Sexualidade, o Gênero e a Identidade do educador e dos alunos em sala de aula.

Os recursos metodológicos de ensino, assim como nas demais, têm como base as aulas expositivas, leitura e análise de materiais escritos e audiovisuais, além de observações ativas, entrevistas e discussões. Quanto às referências usadas, os futuros pedagogos formados neste curso tiveram acesso a trabalhos de autores(as) como Mary Neide Damico Figueiró, Paulo Rennes e Andreza Marques Leão, por exemplo.

Essa inserção do diálogo sobre a Sexualidade no ambiente de instrução de futuros professores é importante porque essa temática, segundo Figueiró (2004, p. 124), já em 2004 era “[...] uma das questões que mais tem trazido dificuldades, problemas e desafios aos educadores, no seu trabalho cotidiano [...]”. Na contemporaneidade, essa realidade embora já esteja diferente, ainda se apresenta como um debate desafiador para algumas realidades geográficas

e/ou culturais do Brasil (MOTA; COIMBRA, 2022) e, por esta razão, há cada vez mais a necessidade desta temática nas licenciaturas nacionais.

É necessário perceber que, de acordo com o plano de ensino, esta disciplina tem foco na Sexualidade e na atuação deste ponto no contexto escolar. O gênero, as diversidades e o público LGBTQ+, por exemplo, quando mencionados, aparecem apenas uma vez no documento. No entanto, este detalhe não implica na invisibilização destes assuntos.

O penúltimo plano de ensino que foi possível ter acesso foi o da disciplina de “Educação em Direitos Humanos” (ANEXO E) que é direcionada de maneira optativa aos alunos terceiranistas da Pedagogia de Marília (SP) e que conta com 30h de carga total. O ensino é realizado com o auxílio de aulas expositivas, leituras e discussões, pesquisas documentais e reflexões.

No que tange os conteúdos trabalhados, tal componente disserta sobre a Diversidade Sexual e o Gênero dentro de seu segundo bloco de debates, o qual é destinado à questão do preconceito dentro do ambiente escolar. Embora não tenha como foco central o tema investigado por esta dissertação, dialoga com essas temáticas e oferece aos novos profissionais da pedagogia acesso a trabalhos de Tânia Brabo, Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Glória Rabay, Patrícia Cristina Gorisch, entre outros.

Iniciativas como a desta disciplina, que também se propõe a apresentar aos novos profissionais da educação brasileira os debates e implicações socioeducacionais das diversidades sexuais e do gênero, principalmente direcionadas ao seu ambiente de trabalho, mesmo que se originem de componentes curriculares que não tenham o foco único e/ou central nessa questão, ainda são de grande ajuda ao enfrentamento do conservadorismo que pode, ou não, aparecer neste cenário, assim como preparar tais indivíduos ao diálogo acerca de particularidades da existência social e/ou biológica da humanidade (MOTA, 2021; MOTT, 1997).

A disciplina “Educação, Sexualidade, Diversidade e Relações de Gênero na Escola” (ANEXO F) foi a última a qual o estudioso teve acesso ao plano de ensino. Ela é ministrada optativamente aos graduandos do terceiro ano de Pedagogia da cidade de Rio Claro (SP) e também é oferecida ocasionalmente a outros cursos. No Anexo, em questão, consta o plano de ensino da disciplina aos estudantes de Geografia, mas que possui os mesmos parâmetros e assuntos da destinada aos futuros(as) pedagogos(as).

A carga horária é de 60h e debate as temáticas da Sexualidade, as Identidades de Gênero e Sexuais, as Políticas Públicas acerca da sexualidade para/em educação e as configurações socioculturais que implicam na temática.

A metodologia de ensino tem como foco os estudos, análises e discussões dirigidas, além da produção de trabalhos e seminários em sala de aula. Os referenciais têm como principais cientistas Judith Butler, Marilena Chauí, Michael Foucault, Guacira Louro, Silvana Goellner, Joan Scott e Jeffrey Weeks.

Assim como as demais disciplinas encontradas e analisadas neste tópico, essa última também oferece grande aporte teórico aos estudantes da licenciatura para que possam fazer uso destes saberes em seus ambientes profissionais.

Zampieri (2004), já em 2004, parabenizava atitudes como estas de debater as diversidades sexuais e o gênero nas universidades porque, segundo a autora (2004, p. 105), a “[...] sexualidade humana sempre constitui um tema de difícil compreensão e abordagem [...]” não apenas pelos receios e conservadorismos que imperam sobre esses assuntos, mas também porque trazem “[...] consigo um conjunto de tabus e normas que provocam contradições ou conflitos [...]” a depender do momento histórico e do contexto geográfico nos quais estas discussões possam ocorrer.

É relevante à esta reflexão que se perceba, também, que essa última disciplina é, dentre todas as descritas neste trabalho, a que, segundo do seu plano de ensino, possui maior profundidade e abrangência de temas acerca das diversidades sexuais e do gênero. Além de debater as perspectivas biológicas, sociais e político-educacionais, se debruça sobre tópicos como a Sexualidade, o Gênero, a Saúde Sexual, a questão educacional, a Violência Sexual e as Políticas Públicas.

Essa construção didática possibilita a formação de futuros educadores conscientes do papel social da Educação e da mediação de conhecimentos em sala de aula. Souza, Mota e Silva (2022, p. 475) ressaltam que a inserção desses pontos na escola é um problema político, uma vez que as “[...] políticas anti-gênero e os movimentos conservadores que se empenham em invisibilizar, excluir e patologizar as existências LGBTQs [...]” têm conseguido, através dos anos, produzir “[...] reverberações nos processos formativos, dificultando o acesso, criando estratégias de censura e proibição, causando pânico moral sobre [aquelas] práticas educativas escolares [...]” que têm como objetivo a construção de espaços livres e democráticos dentro das

escolas sendo, assim, um reflexo das incursões católicas do início do milênio passado contra as sexualidades (MOTA, 2023).

Como visto, inserir as temáticas das diversidades sexuais e do gênero na formação docente é importante porque proporciona o contato dos futuros profissionais com os assuntos, prepara-os para o debate, oferece-lhes o arcabouço teórico e prático necessário e alinha-os até mesmo para as questões que possam aparecer pelo caminho (MOTA, 2022). As disciplinas encontradas nessa pesquisa mostram-se, mesmo indiretamente, focadas nessa discussão e determinadas a essa capacitação didática dos licenciandos, como será visto na discussão a seguir.

6.5 Discussão sobre as informações encontradas

A quantidade de disciplinas encontradas representa um número muito menor do que o necessário, mas isso não significa que os demais componentes curriculares destes cursos, ou que as outras licenciaturas não trabalhem estas questões de forma interdisciplinar.

Os *campi* de Araraquara, Marília, Assis e Bauru são expoentes de pesquisas sobre gênero e sexualidade desta instituição, ao passo que a primeira é a sede do curso de mestrado profissional do único Programa de Pós-graduação em Educação Sexual do estado.

O próprio relatório da Caadi aponta que a Unesp contava, em 2021, por exemplo, com um projeto de extensão sobre a diversidade sexual no *campus* de Bauru e mais 10 sobre gênero distribuídos nas unidades de Tupã (01 projeto), São José do Rio Preto, (03 projetos), Bauru (01 projeto), Rosana (01 projeto), Marília (02 projetos), Botucatu (01 projeto) e Ilha Solteira (01 projeto). Não estar nesta lista não significa que o curso ou que o *campus* esteja inerte para a temática.

Embora numericamente a quantidade de cursos que apareceram na pesquisa representem apenas de 14% das licenciaturas oferecidas pela instituição, é necessário entender que não é uma tarefa fácil propor uma matéria nova a um colegiado, defendê-la ao ponde de sua aprovação e levá-la ao *rol* de componentes à escolha dos estudantes. Este trajeto é trabalhoso.

Em primeiro lugar nem todos os docentes são pesquisadores das sexualidades ou das diversidades sexuais. Também é preciso considerar o contexto geográfico, cultural e econômico no qual o *campus* está inserido, já que aspectos externos também pode interferir ou influenciar

decisões institucionais e isso poderia refletir na receptividade e procura da disciplina por parte dos licenciandos.

Outro detalhe importante a observar é que, mesmo em um número relativamente pequeno de disciplinas, a Unesp ainda é a instituição que, numericamente, possui a maior quantidade de disciplinas acerca dessa temática e, em outros períodos históricos, o simples pensar sobre essa temática seria algo reprovável.

Também é preciso atentar ao fato de que a Unesp, ao contrário de todas as outras seis instituições de ensino superior públicas do estado, é a única que possui um curso de pós-graduação destinado exclusivamente à Educação Sexual, além de seu número de grupos de pesquisa com as temáticas de gênero, sexualidade e diversidades aumentar exponencialmente a cada década.

No *campus* de Presidente Prudente (SP), por exemplo, os cursos humanistas não se debruçam sobre o assunto, entretanto, indiretamente alguns militantes esporadicamente se organizam para promover encontros, construir editais de revistas científicas locais ou apenas para unirem-se e debaterem problemáticas de seu cotidiano. Esse cenário se repete em muitas unidades da instituição, como é o caso de Assis, Marília, Araçatuba, Araraquara, São Paulo e Bauru, por exemplo.

Xavier Filha (2012) em uma de suas muitas colaborações a este trabalho, acrescenta que uma disciplina, isolada, embora importante, não é capaz de contemplar todos os aspectos que temáticas complexas e profundas como as Diversidades sexuais podem apresentar.

Por isso, é preciso ir além de imaginar que somente componentes curriculares podem abarcar com tudo o que é necessário para que os futuros professores se sintam capazes de construir diálogos sobre as sexualidades com os seus alunos, debater com seus colegas professores, exemplificar a importância destes momentos à gestão e encara os pais/responsáveis que possam aparecer para interrogar sobre o motivo de tais ações no ambiente escolar.

Para uma formação completa, é preciso o convívio com a temática, a leitura do assunto, a relação com as disciplinas, o envolvimento com a sociedade e com os grupos que destes tópicos possam fazer parte.

É imprescindível entender que estas iniciativas têm como foco não só a informação, a preparação e a construção crítica de saberes, mas também a percepção de mundo, de igualdade, de justiça e de equidade.

É urgente compreender que a sexualidade não é algo que simplesmente foi-nos dado e, assim, devemos levá-la da forma com a qual veio até o momento final. É importante entender que há nuances sociais e históricas que perpassam esse aspecto humano e, desta forma, interferem moldando a maneira de sentir, de pensar, de comportar, de desejar e de expressar.

Por fim, é imediato que assimilemos que a escola não é um conceito fechado, um ambiente no qual não há espaço para mudanças, alterações e melhorias. Essas instituições, tanto as de ensino básico quanto as do ensino superior, se constituem de um local sublime de constantes construções e mediações dos vários tipos de conhecimento, por meio de incontáveis maneiras de aquisição e através de distintas formas e ferramentas de manuseio, treino, prática e estudo.

Assim, este trabalho conclui percebendo que as diversidades sexuais até poderiam, no sentido estatístico, melhorar seu índice de difusão nos cursos de licenciatura, mas compreende que a existência, o ensino e o debate estão em aperfeiçoamento e demonstram que a Universidade Estadual Paulista e seus funcionários não se estagnaram no tempo, no conservadorismo ou no comodismo, ao contrário, buscam o ineditismo, a excelência e o ininterrupto aperfeiçoamento humano, social e educacional. Por isso, a pesquisa percebe que existe o debate sobre a temática e que ele é promovido não apenas pela existência dessas disciplinas, mas também pelos grupos de pesquisa, eventos e pesquisadores dedicados ao assunto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho considera a sexualidade como um campo da existência humana que, embora perpassado pelas questões socioculturais, ainda é uma área que tem um grande potencial de pesquisa, estudo e interação com a Ciência.

Uma vez que as “[...] as questões de gênero e sexualidade são historicamente responsáveis por uma grande parcela de processos de estigma e exclusão no ambiente escolar, e na sociedade em geral” (SEFFNER, 2009), é urgente que a humanidade compreenda que as sexualidades são inerentes aos seres humanos, mas que são interferidas pela cultura hegemônica e, por isso, é preciso perceber como podemos compreendê-las e desenvolvê-las.

Tendo isso em mente, a dissertação aqui descrita teve o objetivo de analisar a existência de disciplinas, momentos e discussões sobre as diversidades sexuais e de gênero nas

licenciaturas oferecidas pelos 24 *campi* da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).

Para desenvolver esse anseio, o estudo foi realizado a partir da leitura dos Projetos Político Pedagógicos (PPPs) e das grades curriculares dos referidos cursos, além do relatório elaborado pela Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Caadi) da instituição.

A intenção dessa pesquisa foi perceber se/como os futuros professores formados pela Unesp são preparados para se relacionarem com essas temáticas visando fomentar que os cenários escolares sejam cada vez mais inclusivos, aptos e dispostos a dialogarem com tais assuntos e, dessa forma, incentivar o respeito, a igualdade e equidade com as diferenças.

A partir disso, a produção deste trabalho realça a relevância da universidade, da sociedade e da Ciência em compreender os percalços sociais aos quais as diversidades sexuais e o gênero são submetidos cotidianamente na cultura brasileira, da mesma forma em que destaca o compromisso e a primordialidade da formação de profissionais de Educação para os quesitos das sexualidades nos debates dentro as unidades de ensino.

A escola é um espaço sexualizado que acolhe todo tipo de manifestação sexual, ainda que na maioria das vezes de forma negativa, vigorando em seu espaço a dificuldade de se lidar com quaisquer comportamentos ou atitudes que expressem curiosidade, desejo e prazer decorrentes da sexualidade (RIBEIRO, 2013, p. 11).

Apóstolo, Moscheta e Souza (2017) observaram que a escola sempre se configurou como um espaço que privilegiava as similaridades dos indivíduos que dela faziam parte e, conseqüentemente, padronizar os estilos de vida conforme os hábitos culturais vigentes.

A cultura heterossexista, patriarcal e LGBTfóbica que predomina no Brasil pode ser vista, também, dentro dos ambientes de ensino. Tommaselli (2018) percebe que essa padronização dos conhecimentos e estilos de vida se estendeu, com mais intensidade, às escolas a partir das ações políticas iniciadas em 2016 no país e que culminaram na onda conservadora, vista hoje na atuação do movimento ‘Escola sem partido’, que tentou retirar desses locais os debates críticos acerca da atuação parlamentar e, principalmente, de temáticas ‘transversais’ e opostas à visão tradicionalista que o país atravessava no momento.

[...] há um terror de se falar sobre sexualidade, em especial com a infância. Este medo é justificado pela não-interferência em sua educação familiar. Neste sentido, pensa-se que a sexualidade é campo privado e atribuição exclusiva de sua educação pela família. Esta perspectiva é corroborada por um importante documento oficial, os

Parâmetros Curriculares Nacionais. O tema transversal de Orientação Sexual justifica a necessidade de momentos sistemáticos e transversais de conteúdos relativos a sexualidade, corpo, gênero [...] (XAVIER FILHA, 2012, p. 25).

Essa interferência não é uma novidade na história da Educação nacional, entretanto, foi a primeira grande conquista que a agenda reacionária conseguiu após a redemocratização.

Entre as vitórias dos partidos e cidadãos de extrema direita está a invisibilização da discussão e problematização da LGBTfobia dentro das salas de aula. Proibir ou amedrontar que essas reflexões fossem realizadas permitiu o regresso dos estudantes LGBTs ao *status* de marginalizados, esquecidos pelo sistema e voltou a fomentar os casos de intolerâncias no interior das instituições escolares (BRAGA, 2014).

O peso tradicionalista ainda se faz presente até mesmo nas instituições de ensino superior, já que ao realizar o levantamento proposto, foi percebido que apenas 07 (14,58%) das 48 licenciaturas possuem algum componente curricular que trabalhe direta e/ou indiretamente a temática com os estudantes.

Neste total de 07 cursos, 2 são da área das ciências biológicas (28,57%), 02 das exatas (28,57%) e 03 das humanidades (42,85%). Xavier Filha (2012, p. 23) acrescenta que os "[...] cursos dever ser entendidos como oportunidades para discutir, reconhecer-lhes certa capacidade de "crítica" face ao "inquestionável", e como oportunidades de alargamento de pretensões e objetivos"

É interessante perceber que as Ciências Humanas é o campo com a maior concentração de disciplinas e de cursos nos quais a diversidade sexual e o gênero são mediados com os licenciados. Isso talvez se deva ao fato da necessidade de pensamento crítico e de análises teóricas que esses tópicos necessitam ao serem estudados.

Também é preciso notar que o *campus* de Rio Claro é o que mais apresenta, segundo documentos examinados, disciplinas e cursos que trabalham as temáticas. Outro detalhe importante é observar que Marília, Bauru e Araraquara também se destacam nesse quesito não apenas pelos componentes, mas pelos grupos de pesquisa, projetos de extensão e iniciativas em prol das diversidades. Ilha Solteira, Jaboticabal e Presidente Prudente embora com menos cursos e, de certa forma, destaque que os demais, também merecem reconhecimento pela determinação em se proporem a esses conteúdos.

A presença desses grupos de pesquisa, núcleos de estudos, atividades de pesquisas e extensões demonstra que, embora ainda em um número pequeno, os ânimos para estes estudos têm crescido gradativamente na instituição paulista e, com a abertura do novo governo eleito

em 2023 aos saberes das diversidades sexuais e do gênero, espera-se que tais questões cresçam em popularidade, quantidade e qualidade de levantamentos.

Como descrito no capítulo 6.4.1, os planos de ensino aos quais o pesquisador teve acesso demonstraram um aprofundamento nas discussões desses assuntos, assim como uma imersão em trabalhos de autores(as) reconhecidos(as) da área como Judith Butler, Mary Neide Damico Figueiró, Tania Brabo, Joan Scott, Paul Preciado e Guacira Louro.

Outro fator que requer atenção são os conteúdos elencados nesses planos norteadores. Embora em perspectivas diferentes, todos pontuam principalmente os assuntos da **Sexualidade**, das **Diversidades Sexuais** e do **Gênero** como principais elementos discursivos.

É imprescindível entender que essa formação de professores habilitados ao debate das diversidades sexuais e do gênero não deve ser isolada, isto é, precisa estar em consonância com o que acontece no mundo contemporâneo, compreendendo as necessidades e emergências da atualidade da mesma forma em que realiza resgates e recortes históricos sobre os temas.

Do mesmo modo, para que as escolas se apresentem como espaços de inclusão, respeito à dignidade e equidade é urgente que essas iniciativas se espalhem aos demais 41 cursos da instituição assim como às demais universidades públicas e privadas do país.

Considero que uma disciplina sozinha não pode abarcar todos os conhecimentos para colaborar na construção da identidade profissional e ética dos/as futuros/as educadores/as; no entanto, é um espaço privilegiado de discussão, estudo e reflexão sobre assuntos, conceitos e conteúdos que, sem a referida disciplina, sequer seriam aprofundados ao longo de toda a formação (XAVIER FILHA, 2012, p. 17).

É inegável, também, que nos últimos quatro anos promover essas formações e debates nas escolas têm se mostrado uma tarefa cada vez mais difícil em função do momento sociopolítico que o país esteve mantido.

Houveram ações contrárias à diversidade sexual e ao gênero nos governos estaduais e federal, nos materiais didáticos e nos documentos norteadores da secretarias estaduais de ensino e no próprio Ministério da Educação (MEC), todavia, assim como a xenofobia, o racismo, a gordofobia, o capacitismo e o feminicídio, por exemplo, a LGBTfobia e a aversão à temática central deste trabalho são questões que necessitam estar em frequentes discussões nas salas de aula e nos cenários de construção de profissionais da Educação.

Também é fundamental que os educadores estejam interessados e capacitados aos assuntos para que não tenham medos e/ou preconceitos de trabalhar tais tópicos, assim como as equipes gestoras das escolas não tenham receios para essas iniciativas e não se sintam

ameaçadas pelos costumes hegemônicos ao dedicarem tempo para temáticas transversais ou pouco frequentes nestes espaços.

Seffner (2009, p. 27) ainda pontua que:

Torna-se cada vez mais necessário que as escolas e as professoras estudem e compreendam a dinâmica desses processos, no sentido de construir estratégias pedagógicas que garantam o efetivo acesso e permanência de crianças e adolescentes que apresentam modos de ser e modos de viver o gênero e a sexualidade que não constituem a "norma" ou a expectativa em geral desejada por pais, famílias e pelas próprias escolas.

Portanto, a dissertação aqui finalizada constata que a reflexão crítica, histórica, social e geográfica desses *tabus* não é apenas uma dívida que a sociedade brasileira tem com esses indivíduos que durante décadas – ou até séculos – foram invisibilizados, marginalizados e humilhados, mas também uma maneira de promover os direitos humanos e reduzir, desta forma, as desigualdades sociossexuais da cultura nacional.

O estudo também conclui que é urgente que haja mais disciplinas que dissertem sobre as intolerâncias e preconceitos em todos os cursos universitários, principalmente nas licenciaturas, que as universidades e os professores concursados/permanentes entendam a relevância desses posicionamentos e construam mais ações conjuntas e/ou individuais sobre as diversidades sexuais e o gênero, assim como o incentivo ao aumento de grupos de estudo, pesquisas e projetos de extensão voltados a essa área tão essencial e relevante da existência humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n.13, abri. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sess/n13/n13a04.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

APÓSTOLO, M. V. do A.; MOSCHETA, M. dos S.; SOUZA, L. V. e. Discursos e posicionamentos em um encontro de diálogo sobre violência a LGBTs. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 28, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v28n2/1678-5177-pusp-28-02-00266.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2023.

BOETHIUS, C. G. *La educación sexual em Suecia y sus resultados*. *Actualidades de Suecia*, n. 315, Estocolmo: Svenka Institutet, 1984, p. 1-10.

BRAGA, K. D. da S. **Homofobia na escola : análise do livro de ocorrência escolar**. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2014.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BREMMER, J. Pederastia grega e homossexualismo moderno. *In*: BREMMER, J. (Org.). **De Safo a Sade: momentos na história da sexualidade**. Campinas: Papirus, 1995.

BRITZMAN, D. O que é esta coisa chamada Amor: Identidade homossexual, educação e currículo. **Revista Educação e Realidade**, v. 21, p. 71- 96, jan/jun, 1996.

CAADI, Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade. Universidade Estadual Paulista. **Mapa Diversidades na Unesp**. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/caadi/equipe/historico/>. Acesso em: 02 jan. 2023.

CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papirus, 1995.

CASS, V. C. *Homosexual identity: a concept in need of definition*. **Journal of Homosexuality**, New York, n.9, 1984, p.105-126.

CATONNÉ, J. P. **A sexualidade, ontem e hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, n. 53, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/vwdzHh6pHS6ZBVskqfLrqrg/?lang=pt>. Acesso em: 18 jan. 2023.

COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1992.

CUNHA, P. F. L. da. A longa história da repressão sexual. **Psicologia em Curso**, v. 2, n. 8, out./dez. 1981.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DIONE, J; LAVILLE, C. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

FACCHINI, R.; FRANÇA, I. L. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 3, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2933/293322974004.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

FACCHINI, R.; RODRIGUES, J. É preciso estar atenta(o) e forte: histórico do movimento LGBT e conjuntura atual. In: NOGUEIRA, L. et al. (Orgs). **Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 231-262.

FEITOSA, C. Do “Kit Gay” ao “Ministério da Família”: a desinstitucionalização das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 14, n. 43, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>. Acesso em: 17 jan. 2023.

FERNANDES, A. M. **Projeto Ser-Mais: educação para a sexualidade on-line**. Dissertação (Mestrado em Educação e Multimídia) – Faculdade de Ciências da Universidade de Porto, 2006.

FERNANDES, F. B. M. Precisamos discutir as homossexualidades na escola?. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, F. F. da; MAGALHÃES, J. C.; QUADRADO, R.P. (Orgs.). **Educação e Sexualidade: Identidades, Famílias, Diversidade sexual, Prazeres, Desejos, Preconceitos, Homofobia...**Rio Grande: FURG, 2008, p. 152-157.

FERRARI, A. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. Universidade Federal de Juiz de Fora. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, Abri. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a09.pdf>. Acesso em: 10 abri. 2022.

FIGUEIRÓ, M. N. D. O professor como educador sexual: interligando formação e atuação profissional. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e Educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p. 115-152.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais: adiar não é mais possível**. Londrina: Eduel, 2006.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação Sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: UEL, 2009, p. 149-172.

FORTES, F. C.; STEINBERG, V.; BRENNECKE, N. B. P. Kit Gay e Ideologia de Gênero: como a desinformação propagada por Bolsonaro fere as políticas públicas educacionais voltadas para as questões de gênero e diversidade sexual. *Pluri Discente*, v. 4, n. 1, 2022. Disponível em: <https://pluridiscente.cruzeirodosulvirtual.com.br/index.php/pluridiscente/article/view/118>. Acesso em: 21 jan. 2023.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FREIRE, P. Gênero, ideologia e poder: uma análise crítica dos discursos parlamentares sobre a política educativa no Brasil. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**, v. 2, n. 3, jan./mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8113>. Acesso em: 10 jan. 2023.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Abril Cultural / Editora Brasiliense, 1985.

FURLANI, J. Educação sexual: possibilidades didáticas *In*: LOURO, G. L; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. (Orgs). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, p. 66-81.

GAGNON, J.H. **Uma interpretação do desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

GARRAIO, J.; TOLDY, T. "Ideologia de gênero": origem e disseminação de um discurso antifeminista. **Mandrágora**, v. 26, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/MA/article/view/10283>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GARCIA, P. S.; BIZZO, N. O Processo de Elaboração dos Planos Municipais de Educação na Região do Grande ABC. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol.43, no.1, jan./mar. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v43n1/2175-6236-edreal-68702.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

GONZÁLEZ, R. S.; BAQUERO, M.; GROHMANN, L. G. M. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 15, n.2, maio/ago. 2021, Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/debates/article/view/110792>. Acesso em: 17 jan. 2023.

GREEN, J. N. O grupo Somos, a esquerda e a resistência à ditadura. *In*: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2018, p. 177-200.

HALPERIN, D. **How to be Gay**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

HEILBORN, M.L. (Org.). **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

HUNTINGTON, S. P. Conservatism as an Ideology. **American Political Science Review**, v. 51, n. 2, p. 454-473, 1957.

JESUS, D. M. de. Homofobia na sala de aula digital: representações de professores em fórum de discussão *on-line*. *In*: SOUZA, L. L. de; ROCHA, S. A. da. (Orgs.). **Formação de educadores, gênero e diversidade**. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p. 165-180.

IRINEU, B. A. 10 anos do programa Brasil sem Homofobia: Notas críticas. **Temporalis**, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7222>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IRVIN, A. Ações de Coragem: Ensinando os adolescentes sobre sexualidade e gênero na Nigéria e em Camarões. In: **Global Curriculum Bank for HIV/Aids Preventive Education**. IBE (International Bureau of Education)/Unesco, Geneva-Switzerland, 2003.

KOVÁTS, E.; PÖIM, M. **Gender as symbolic glue: the position and role of conservative and far right parties in the anti-gender mobilizations in Europe**. Budapeste: FEPS and Friedrich-Ebert-Stiftung, 2015.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Conferência do 4º Congresso Ibero-Americano em Investigação Qualitativa (IV CIAIQ)**, v. 2, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, V. Estudantes LGBT se sentem inseguros nas escolas, aponta pesquisa. **Agência Câmara Notícias**, Brasília, 18 out. 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/546799-ESTUDANTES-LGBT-SE-SENTEM-INSEGUROS-NAS-ESCOLAS,-APONTA-PESQUISA.html>. Acesso em: 21 jun. 2022.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. (Org.). **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes. 1999.

LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Lisboa: Porto, 2000.

MAIA, L. P. *et al.* Movimento LGBT: breve contexto histórico e o movimento na região do Cariri. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia, Juazeiro do Norte**, v. 1, n. 3, 2013. Disponível em: <http://interfaces.leaosampaio.edu.br/index.php/revista-interfaces/article/view/424/305>. Acesso em: 08 abri. 2022.

MACRAE, E. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da "Abertura". In: GREEN, J. N. *et al.* (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018, p. 39-62.

MANCHINI, I. C. **Inserção de conteúdos de Educação Sexual nos cursos de pedagogia das instituições públicas do Estado de São Paulo**. 2022. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2022.

MANSUR, C. Estudo da USP aponta que mais de 70% dos homens homossexuais já sofreram humilhações. **Uai – O portal dos mineiros**, 19 maio 2014. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/saude/2014/05/19/noticias-saude,192407/estudo-da-usp-a-ponta-que-mais-de-70-dos-homens-homossexuais-ja-sofrer.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MARANHÃO FILHO, E. M.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. Fake news acima de tudo, fake news acima de todos: Bolsonaro e o ‘kit gay’, ‘ideologia de gênero’ e fim da ‘família tradicional’. **Correlatio**, v. 17, n. 2, 2018, p. 65-90.

MCCLINTOCK, A. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Unicamp, 2010.

MENDES, L. **A história do movimento homossexual brasileiro**, 2010. Disponível em: <https://lgbtt.blogspot.com/search?q=A+hist%C3%B3ria+do+movimento+homossexual+brasileiro>. Acesso em: 20 abri. 2022.

MERLUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 17, 1989, p. 49-66. Disponível em: scielo.br/j/ln/a/g4ySjtRNsbjW73tXTR4VNNs/?lang=pt. Acesso em: 20 jul. 2022.

MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, v. 62, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CsFcz5vm5bLShxPN3LHDYkk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2023.

MISKOLCI, R. **Batalhas morais: Política identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. 1ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2021.

MOLINA, L. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. **Antíteses**, Londrina, v. 4, n. 8, jul./dez., 2011.

MORANDO, L. Por baixo dos panos: repressão a gays e travestis em Belo Horizonte (1963-1969). In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2018, p. 53-82.

MOTA, G. B.; FRANCISCO, M. V. **Bullying e LGBTfobia: um balanço da produção de artigos científicos no contexto escolar brasileiro**. 2018. 15 f. Monografia (Pós-graduação em Docência e Gestão na Educação Superior) – Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MOTA, G. B.; SOUZA, L. L. de. A Diversidade Sexual como debate na Residência Pedagógica: um relato de pesquisa sobre a discussão da LGBTfobia na formação de futuros professores de uma universidade pública paulista. **Instrumento - Revista em Estudo e pesquisa em educação**, v. 23, 2021, p. 708-724. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/35003>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MOTA, G. B. O *bullying* na sala de aula: análise do conhecimento de professores da rede estadual paulista sobre a LGBTfobia escolar. *Colloquium Humanarum*, v. 18, 2021, p. 209-238. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/4114/3344>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MOTA, G. B.. Relato prático de um levantamento sobre a comunicação político-social em rede do movimento LGBT brasileiro. In: GUILHERME, W. D. (Org.). **Política em foco: debates e embates**. Curitiba: Editora Bagai, 2022, p. 129-147.

MOTA, G. B.; COIMBRA, R. M. Reflexão sobre os valores e saberes de professores do interior sudoeste paulista acerca da diversidade sexual no cenário pedagógico. **Revista Diversidade e Educação**, v. 9, 2022, p. 374-401. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/13588>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MOTA, G. B. As diversidades sexuais como debate na esfera cristã nacional contemporânea. In: NETO, F. de P. L.; MOTA, G. B. (Orgs.). **Reflexões sobre temas de religiões, educação e sexualidades**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 29-46.

MOTT, L. R. **Homofobia: A violação dos direitos humanos de gays, lésbicas & travestis no Brasil**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 6. ed., 1997.

MOTT, L. R. O jovem homossexual: noções básicas para adolescentes, jovens gays, lésbicas, transgêneros e seus familiares. In: FIGUEIRÓ, M.N.D. (Org.). **Educação sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009, p.17-33.

NARDI, H. Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar. *Sexualidad, Salud y Sociedad*. Rio de Janeiro, n.11, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sexs/n11/a04n11.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

NOTA, J. M. Reflectindo sobre a formação de professores de biologia em sexualidade e educação sexual na Universidade Pedagógica de Moçambique. In: RABELO, A. O; PEREIRA, G. R; REIS, M. A. de S. **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. 1. ed. Petrópolis: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 237-256.

OCANHA, R. F. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCar, 2018, p. 149-176.

OLIVEIRA, G. A. L. de. *et al.*, A construção discursiva do "Kit Gay" como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro. **Revista de estudos da religião**, v. 13, n. 32, 2022. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/2113>. Acesso em: 02 jan. 2023.

PEASE, A.; PEASE, B. **Por que os homens fazem sexo e as mulheres fazem amor?: Uma visão científica (e bem-humorada) de nossas diferenças**. 13. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

PIERUCCI, A. F. **O desencantamento do mundo**: todos os passos do conceito. São Paulo: Editora 34, 2004.

PINHO, R; PULCINO, R. Desfazendo os nós heteronormativos da escola: contribuições dos estudos culturais e dos movimentos LGBTTT. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-S1517-97022016148298.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2022.

POCAHY, F. A. Interseccionalidade e educação: cartografias de uma prática-conceito feminista. **Textura**. Canoas, n. 23, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/33368645/Interseccionalidade_e_educacao%C3%A7%C3%A3o_cartografias_de_uma_pr%C3%A1tica-conceito_feminista. Acesso em: 10. jul. 2022.

PRADO, M. A. M. *et al.* Formação de professores e subalternidades sexuais: uma experiência no âmbito das proposições do programa Brasil Sem Homofobia *In*: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, M. R. S. da; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: composições e desafios para a formação docente. Rio Grande: FURG, 2009, p. 115-126.

PRECIADO, B. Quem defende a criança queer? **Jangada-crítica, literatura, artes**. Viçosa, 2013, p. 96-99.

QUINALHA, R. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

REIS, T. O movimento homossexual. *In*: FIGUEIRO, M. N. D. (Org.). **Homossexualidade e educação sexual**: construindo o respeito à diversidade. Londrina: EdUEL. 2007. p. 101-102.

REIS, G. V; RIBEIRO, P. R. M. A institucionalização do conhecimento sexual no Brasil. *In*: RIBEIRO, P. R. M. (Org.). **Sexualidade e educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Ciência, 2004, p. 27-71.

RIBEIRO, P. R. M. Apresentação – A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. *In*: RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. de S. **Formação docente em gênero e sexualidade**: entrelaçando teorias, políticas e práticas. 1. ed. Petrópolis: *De Petrus et Alii*; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 7-16.

RICHARDSON, R. J. (Org.). **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. 14. reimpr. Atlas: São Paulo, 1999.

RIBEIRO, P. R. M. Apresentação – A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. *In*: RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. de S. **Formação docente em gênero e sexualidade**: entrelaçando teorias, políticas e práticas. 1. ed. Petrópolis: *De Petrus et Alii*; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 7-16.

RIOS, L. F. Homossexualidade no plural dos gêneros: reflexões para incrementar o debate sobre diversidade sexual nas escolas. *In*: SCOTT, P.; LEWIS, L.; QUADROS, M. T. de. (Orgs.).

Gênero, diversidade e desigualdades na educação: interpretações e reflexões para formação docente. Recife: UFPE, 2009, p. 97-116.

RODRIGUES, J. C. A imprensa gay do Brasil. In: GREEN, J. N. *et al.* (Org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018a, p. 237-254.

RODRIGUES, J. C. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R. **Ditadura e homossexualidades:** repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2018b, p. 83-124.

RUBIN, G. **O Tráfico de Mulheres:** Notas Sobre a "Economia Política" dos Sexos. Recife: SOS Corpo, 1993.

SANTOS, J. S. O enfrentamento conservador da "questão social" e desafios para o Serviço Social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 136, set./dez., 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/s5hCHJNz73c6cvJLZ7yNFDH/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SCHIBELINSKI, D. "Isso é coisa do capeta!": o papel da "ideologia de gênero" no atual projeto político de poder. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 28, jan./abril., 2020. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1131>. Acesso em: 7 jan. 2023.

SEFFNER, F. Escola, sexualidade e aids: construindo estratégias para lidar com os processos de estigma e exclusão. In: FIGUEIRÓ, M.N.D; RIBEIRO, P.R.M; MELO, S.M.M (Orgs.). **Educação sexual no Brasil:** panorama de pesquisas do sul e do sudeste. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 25-28.

SESA, Secretaria de Saúde do Espírito Santo. **O que são IST**. Disponível em: <https://saude.es.gov.br/o-que-sao-ist#:~:text=A%20terminologia%20Infec%C3%A7%C3%B5es%20Sexualmente%20Transmiss%C3%ADveis,mesmo%20sem%20sinais%20e%20sintomas>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SILVA, F. F.; MAGALHÃES, J. C. Descolad@s, divertid@s, atrevid@s e diferentes: discutindo representações de gênero. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, F. F. da; MAGALHÃES, J. C.; QUADRADO, R. P (Orgs.). **Educação e Sexualidade:** Identidades, Famílias, Diversidade sexual, Prazeres, Desejos, Preconceitos, Homofobia...Rio Grande: FURG, 2008, p.105-110.

SILVA, R. D. da. **Educação Audiovisual da Sexualidade:** olhares a partir do kit Anti-Homofobia. 2015. 146 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Araraquara, 2015.

SILVA, S. M. P. da; FRANÇA, M. H. de O.; MACIEL, V. V. Conservadorismo como instrumento capitalista em tempos de barbárie. **Revista Katálysis**, v. 23, n. 2, maio/ago., 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/85M8JfffpDjxny99VGGJrLc/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

SOBRINHO, W. P. **Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório.** 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2022/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm>. Acesso em: 18 jul. 2022.

SOUTO MAIOR, P.; QUINALHA, R. (Orgs). **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil.** São Paulo: Elefante, 2022.

SOUZA, L. L. de; MOTA, G. B.; SILVA, M. E. F. da. Notas sobre políticas do conhecimento na formação de educadorxs em gênero e sexualidades. *In*: LEMOS, F. C. S. (Org.). **O dispositivo gênero-sexualidade-racismos e a educação libertária: ensaios de Psicologia Social.** 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2021, v. 15, p. 463-480.

TEIXEIRA, R. P.; BIROLI, F. Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 38, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/7Q9vXQPDbLZHXY6CZM56XN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2023.

TOMMASELLI, G. C. G. **Escola Sem Partido: indícios de uma educação autoritária.** 2018. 199 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2018.

ULLMAN, R. A. **Amor e sexo na Grécia antiga.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

WOLF, S. **Sexualidade e socialismo: história, política e teoria da libertação LGBT.** São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

XAVIER FILHA, C. As dores e as delícias de trabalhar com as temáticas de gênero, sexualidades e diversidades na formação docente *In*: SOUZA, L. L. de; ROCHA, S. A. da. (Orgs.). **Formação de educadores, gênero e diversidade.** Cuiabá: EdUFMT, 2012, p. 13-36.

ZAMPIERI, M. C. **O sexo na universidade: um estudo sobre a sexualidade e o comportamento sexual do adolescente universitário.** São Paulo: Arte & Ciência, 2004.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

ANEXOS

ANEXO A
TRECHO DO RELATÓRIO DA CAADI²⁷

²⁷ Disponível em: https://www2.unesp.br/Home/caadi/relatorio_diversidades_ensino_pesquisa_extensao.docx-1.pdf

2. DIVERSIDADES NO ENSINO

2.1 Disciplinas da Graduação

Foi solicitado à Pró-reitoria de Graduação que encaminhasse às unidades a solicitação dos planos de ensino das disciplinas da graduação que abordam as seguintes temáticas: Direitos Humanos; Gênero; Diversidade Sexual, Sexualidade; Relações étnico-raciais, Racismo; e, Inclusão, acessibilidade, capacitismo. As informações do quadro 16 foram extraídas dos planos enviados pelas unidades e posteriormente classificadas por meio de “Tags”. As unidades que não constam no quadro não enviaram nenhum tipo de resposta.

Quadro 16 - Disciplinas da graduação

Unidade	Curso	Docente	Disciplinas	Tag
São José dos Campos	—	—	—	—
ICT - Sorocaba	—	—	—	—
Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias/ FCAV Campus Jaboticabal	Licenciatura em Ciências Biológicas	Rosemary Rodrigues de Oliveira	DIVERSIDADE SEXUAL E COTIDIANO ESCOLAR	Sexualidade, Gênero, Diversidade Sexual
		Rosemary Rodrigues de Oliveira	METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA: TEMAS INTEGRADORES	Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, Racismo
Faculdade de Ciências e Tecnologia/ FCT Campus de Presidente Prudente	Matemática	Rosemary Rodrigues de Oliveira	SEMINÁRIOS ESPECIAIS I	Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, Diversidade Sexual, de Gênero e Étnico-Racial.
	Licenciatura em Química	—	ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO DE QUÍMICA E CIÊNCIAS	Inclusão, acessibilidade
		—	ORIENTAÇÕES CURRICULARES OFICIAIS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS E QUÍMICA	Inclusão
		—	INSTRUMENTAÇÃO PARA O ENSINO DA QUÍMICA E CIÊNCIAS	Inclusão
		Fabio Camargo Bandeira Villela	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO	Inclusão
Faculdade de Ciências e Letras -	História	Lúcia Helena Oliveira	HISTÓRIA DA ÁFRICA	Racismo

FCL Campus Assis		Silva		
		Lúcia Helena Oliveira Silva	HISTÓRIA DA ÁFRICA	Racismo, Relações étnico-raciais
	Licenciatura em Letras	Marcio Roberto Pereira	LITERATURAS AFRICANAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA	Relações étnico-raciais, racismo
	Psicologia	Jorge Luís Ferreira Abrão, Eduardo Galhardo	PSICOLOGIA E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	Inclusão, acessibilidade
		Deivis Perez Bispo dos Santos	FUNDAMENTOS DA ÉTICA	Direitos humanos
		Jorge Luís Ferreira Abrão	PSICOLOGIA, GÊNEROS E PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO	Sexualidade, gênero, relações étnico-raciais
		Jorge Luís Ferreira Abrão	PRÁTICAS PSICOLÓGICAS NA CONTEMPORANEIDADE	Direitos humanos, relações étnico-raciais, sexualidade
Faculdade de Ciências Farmacêuticas – FCF Campus Araraquara	Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia	Patrícia Borba Marchetto	ÉTICA E CIDADANIA	Direitos Humanos
	Bacharelado em Ciências Econômicas	—	TÓPICOS EM ECONOMIA: FEMINISMO, POLÍTICAS E HISTÓRIA	Gênero
	Letras	Angelica Terezinha Carmo Rodrigues	LIBRAS	Inclusão, acessibilidade
	Licenciatura em Ciências Sociais	—	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	Relações étnico-raciais, racismo

Faculdade de Ciências e Letras – FCL Campus Araraquara	Licenciatura Plena em Ciências Sociais	—	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Inclusão
		—	INCLUSÃO ESCOLAR, SURDEZ E LIBRAS	Inclusão
	Licenciatura Plena em Pedagogia	Claudete de Sousa Nogueira	CONTEÚDO, METODOLOGIA E PRÁTICA DE ENSINO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA (TEORIA E PRÁTICA)	Relações étnico-raciais
		Relma Urel Carbone Carneiro	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Inclusão
		Paulo Rennes Marcal Ribeiro	FORMAÇÃO DE IDENTIDADE E ESCOLARIZAÇÃO	Sexualidade, gênero
		Luiz Ricardo Cervoni, Relma Urel Carbone Carneiro	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	Inclusão, acessibilidade
	Bacharelado em Administração Pública	Soraya Regina Gasparetto	DIREITO CONSTITUCIONAL	Direitos humanos
	Bacharelado em Ciências Econômicas	—	TÓPICOS EM ECONOMIA: FEMINISMO, POLÍTICAS E HISTÓRIA	Gênero
	Letras	Angelica Terezinha Carmo Rodrigues	LIBRAS	Inclusão, acessibilidade
	Licenciatura em Ciências Sociais	—	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	Relações étnico-raciais, racismo

Araraquara		—	EDUCAÇÃO ESPECIAL	Inclusão
		—	INCLUSÃO ESCOLAR, SURDEZ E LIBRAS	Inclusão
Faculdade de Medicina - FM Campus Botucatu	Enfermagem	Rodolfo Franco Puttini, Margareth Aparecida Santini de Almeida	CIÊNCIAS SOCIAIS: SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	Direitos Humanos
Faculdade de Ciências - FC Campus Ilha Solteira	Matemática	Inocêncio Fernandes Balieiro Filho	EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CULTURA	Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, Gênero, Diversidade, Relações étnico-raciais, Inclusão
	Licenciatura em Física	Vera Lucia Messias Fialho Capellini, Danielle dos Santos Cutrim Garros	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Inclusão, acessibilidade, capacitismo
	Licenciatura em Física	Eder Pires de Camargo	REPRESENTAÇÕES MULTISSENSÓRIAS DE MODELOS E EXPERIMENTOS FÍSICOS	Inclusão, acessibilidade

	Licenciatura em Física	—	DIDÁTICA E CONCEITO DE LIBRAS	Inclusão, acessibilidade
Instituto de Geociências e Ciências Exatas - IGCE Campus Rio Claro	Geografia	—	CARTOGRAFIA ESCOLAR E INCLUSIVA	Inclusão
	Licenciatura em Matemática	Roger Miarka	HISTÓRIA E SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO: QUESTÕES DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	Relações étnico-raciais, gênero, inclusão
Instituto de Biociências- IB Campus Rio Claro	Educação Física	Eliane Mauerberg de Castro	EDUCAÇÃO FÍSICA ADAPTADA	Inclusão
		Profª Drª Fernanda Moreto Impolcetto	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR I	Inclusão, Gênero, Relações étnico-raciais
		Profª Drª Fernanda Moreto Impolcetto	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR II	Inclusão
		Profª Drª Fernanda Moreto Impolcetto	TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	Inclusão, Diversidade Sexual, Relações étnico-raciais
	Fonoaudiologia e Licenciatura	—	LIBRAS, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA	Inclusão, acessibilidade
	Pedagogia	Débora Cristina Fonseca	DIMENSÕES PSICOSOCIAIS DA EDUCAÇÃO	Direitos Humanos
		Raquel Fontes Borghi	EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	Direitos Humanos, Relações étnico-raciais
		Célia Regina Rossi	EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE, DIVERSIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA	Gênero, Sexualidade e Educação e Diversidade Sexual
		Célia Regina Rossi	FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	Inclusão, Diversidade Sexual e Étnico-racial

	Odontologia	Wilson Galhego Garcia	CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	Relações étnico-raciais, Racismo
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE)	Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia	Carina Alexandra Rondini	ALTAS HABILIDADES E SUPERDOTAÇÃO	Inclusão
	Licenciatura em Química, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física, Licenciatura em Pedagogia	Humberto Perinelli Neto	CONTEÚDO E METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURAS AFRICANAS E AFRODESCENDENTES	Relações étnico-raciais, racismo
	Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Matemática, Licenciatura em Letras	Marcielly Cristina Moresco	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Direitos humanos, educação em direitos humanos
	Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia	Raiza Fernandes Bessa de Oliveira	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS I	Direitos humanos, educação em direitos humanos
	Licenciatura em Pedagogia	Marcielly Cristina Moresco	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS II	Direitos humanos, educação em direitos humanos
	Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia	Ana Mayra Samuel da Silva Rezende	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: FUNDAMENTOS, POLÍTICAS E PRÁTICAS	Inclusão
	Licenciatura em Letras, Física	Claudia Maria Ceneviva Nigro, Davi Silistino de Souza	LITERATURA, GÊNERO E RAÇA	Gênero, relações étnico-raciais
	Licenciatura em Letras	Orlando Nunes de Amorim	LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	Relações étnico-raciais, racismo
	Bacharelado em Ciências Biológicas	Monica Abrantes Galindo de Oliveira, Eliane Gonçalves de Freitas, Rejane Maira	REPRODUÇÃO E SEXUALIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA	Sexualidade

		Goes		
Faculdade de Ciências – FC Campus Bauru	Licenciatura em Matemática	Paula Cristina Constantino Santos	EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA E LIBRAS	Inclusão
	Licenciatura em Pedagogia	Vera Lucia Messias Fialho Capellini	EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	Inclusão
	Psicologia	Drielle Sauer Paparella, Lucia Pereira Leite	PSICOLOGIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL	Inclusão
		Débora de Aro Navega, Ana Claudia Bortolozzi	DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO SEXUAL	Sexualidade, gênero
Faculdade de Ciências (Bauru) e Faculdade de Filosofia e Ciências (Marília)	Pedagogia (Bauru), Terapia Ocupacional (Marília)	Vera Lucia Messias Fialho Capellini, Danielle dos Santos Cutrim Garros	ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	Inclusão, acessibilidade, capacitismo
Faculdade de Filosofia e Ciências FFC Campus de Marília	Ciências Sociais	Pedro Angelo Pagni	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO	Inclusão
		Luís Antônio F. Souza	SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO	Gênero, Racismo
	Relações Internacionais	Mariana Moron Saes Braga	DIREITOS HUMANOS E TEMAS SOCIOAMBIENTAIS	Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, Diversidade, Inclusão
	Pedagogia	Cláudia Pereira de Pádua Sabia	POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO	Gênero, Relações étnico-raciais
		Pedro A. Pagni	FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO II	Inclusão
		Neusa Maria Dal Ri	TÓPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO EDUCACIONAL	Gênero, Relações étnico-raciais, Direitos Humanos,

		Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo Emery Marques Gusmão	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	Educação em Direitos Humanos, Direitos Humanos, Relações étnico-raciais, Gênero, Diversidade sexual
	Biblioteconomia	Silvana Aparecida Borseti Gregório Vidotti	ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO DIGITAL	Acessibilidade digital
			BIBLIOTECAS E REPOSITÓRIOS DIGITAIS	Acessibilidade digital



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

ANEXO B
PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE “DIVERSIDADE SEXUAL E
COTIDIANO ESCOLAR”

PROGRAMA DE ENSINO					
CURSO DE GRADUAÇÃO EM:					
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS					
LICENCIATURA					
DISCIPLINA:			OBRIGATÓRIA/OPTATIVA		
DIVERSIDADE SEXUAL E COTIDIANO ESCOLAR			OBRIGATÓRIA		
DEPARTAMENTO:					
ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E EDUCAÇÃO					
PROFESSOR(ES) RESPONSÁVEL(IS) :					
ANUAL/SEMESTRAL			SEMESTRE		
semestral			9º		
CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA		DISTR. CARGA HORÁRIA		
05 Sendo 01 crédito em PCCC	TOTAL	SEMANAL	TEÓR.	PRÁT.	TEÓR/PRA T
	75	06	60	15	--
NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA					
AULAS TEÓRICAS	AULAS PRÁTICAS		AULAS TEÓRICO/PRÁTICAS		
40	40		-		
EMENTA (Tópicos que caracterizam. Unidades dos programas de ensino)					
Sexualidade - aspectos históricos e sociais. Concepções acerca da sexualidade: Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, orientação sexual. Mitos e tabus acerca da sexualidade. Relações de gênero. Diversidade sexual no cotidiano escolar. Adolescência e sexualidade. Contracepção e prevenção a doenças sexualmente transmissíveis. Negociação de conflitos. Utilização de metodologias que dinamizem o trabalho, em sala de aula, da temática sexualidade. Desenvolvimento de competência leitora, de expressão oral e escrita. Uso das TICs para apoiar as atividades de ensino-aprendizagem, bem como para procurar informação, comunicar, resolver problemas e desenvolver-se profissionalmente.					
OBJETIVOS: (Ao término da disciplina o aluno deverá ser					

capaz de:)

- Se comunicar por escrito e oralmente de modo lógico, coerente e coeso.
- Utilizar eficazmente as TIC's para fazer investigações, resolver problemas e se comunicar.
- Refletir sobre a sexualidade humana no ciclo vital de acordo com a historicidade e componentes socioculturais, que constituem a forma de expressão e experimentação da mesma;
- Discutir o papel da escola no processo de construção da sexualidade humana a partir da multiplicidade de visões, crenças e valores (dos pais, professores e comunidade);
- Incentivar iniciativas voltadas para a superação do sexismo e da homofobia na escola como um dos mais importantes espaços para se promover a equidade de gênero e a cultura do reconhecimento da diversidade quanto à identidade de gênero e à orientação sexual;
- Reconhecer os direitos sexuais na perspectiva dos direitos humanos;
- Criticar os processos de discriminação e estigmatização relacionados a gênero e orientação sexual que ocorrem na escola e na sociedade e que colocam em risco o direito à educação e comprometem as possibilidades de construção da cidadania;
- Refletir sobre possíveis formas de abordagem do tema sexualidade nos diferentes níveis escolares;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Título e discriminação das unidades)

- 1 Sexualidade – aspectos históricos e sociais
 - 1.2 Importância da sexualidade na escola, os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação e a sexualidade;
 - 1.3 Aspectos e formas de abordagem do desenvolvimento da sexualidade para diferentes níveis de ensino;
 - 1.4 A Sexualidade como tema transversal: orientações didáticas e práticas pedagógicas.
- 2 - Definição de sexualidade e sexo
 - 2.1 Concepções acerca da sexualidade: construção de um conceito/entendimento;
 - 2.2 Medicalização e patologização da sexualidade;
 - 2.3 Sexo biológico, papéis sexuais, identidade de gênero, permanência e transmissão dos papéis atribuídos ao homem e a mulher, orientação sexual;
 - 2.4 Mudanças nas relações de gênero e preconceito sexual – Crenças-preconceitos, tabus, mitos e estereótipos sexuais e sociais.

- 3 - A questão do gênero na Ciência e no ensino de Ciências
- 3.1 Especulações científicas para as supostas diferenças de desempenho intelectual entre homens e mulheres;
- 3.2 As implicações do preconceito sexual no ensino de Ciências.
- 4 - Direitos Sexuais.
- 5 - Iniciação sexual masculina e feminina, relações de gênero e sexo seguro.
- 5.1 Adolescência e sexualidade;
- 5.2 Contracepção e negociação;
- 5.3 Gravidez na adolescência;
- 5.4 Prevenção a doenças sexualmente transmissíveis.
- 6 - Práticas sexuais e parafilias.

METODOLOGIA DE ENSINO

Serão utilizadas metodologias de ensino variadas dentre as quais se destacam:

- Estudo de texto e discussão (fórum);
- Estudo dirigido;
- Aula expositiva dialogada;
- Seminários;
- Análise de filmes.
- Produção de cartilha/ HQs/ Jogos e_ou Quizzes
- Produção de roteiros de discussão

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem será realizada com a utilização de pelo menos dois instrumentos de avaliação distintos, bem como a participação e interesse do aluno.

A avaliação se dará de modo processual e serão considerados aprovados os alunos que obtiverem média final, igual ou superior a 5,0 (cinco vírgula zero).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALVES, RUBEM. **O gato que gostava de cenoura**. 3ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- BANDEIRA, PEDRO. **É proibido miar**. São Paulo: Editora Moderna. 2009, 48p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e a discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
- BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos.

Brasília: MEC/SECAD; 2007.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

BUTLER, JUDITH. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Castelão, T. B.; Schiavo, M. R.; Jurberg, P. Sexualidade da pessoa com síndrome de Down. **Revista de Saúde Pública**, n.3, v.1, p.32-9, 2003.

CEREJA, WILLIAM ROBERTO; MAGALHÃES, THEREZA COCHAR. **Texto e interação: uma proposta de produção textual a partir de gêneros e projetos**. São Paulo: Saraiva. 2013.

CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

COSCARELLI, C. V. **Leitura em ambiente multimídia e a produção de inferências**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 1999 (Tese de doutorado). Capítulos 3 e 4.

COSTA, JURANDIR FREIRE. **A inocência e o vício: estudos sobre homoerotismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992.

COSTA, RONALDO PAMPLONA. **Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana**. São Paulo: Gente, 1994.

EMEDIATO, W. Organização enunciativa e modalização no discurso didático. In: LARA, M. P. G. **Lingua (gem), texto, discurso. Entre a reflexão e a prática**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Fale-UFMG, 2006.

FONSECA, Vanessa; NASCIMENTO, Marcos; PIZZI, Bruno. **Pelo fim da exploração sexual: o que os homens podem fazer?: manual para a sensibilização de adolescentes de 10 a 14 anos**. Rio de Janeiro: Promundo, 2008. 88p.

INSTITUTO SOU DA PAZ, **Gênero fora da caixa: guia prático para educadores e educadoras**. São Paulo, 2011.70p.

KAHHALE, E.M.P. Subsídios para a reflexão sobre sexualidade na adolescência. In. **Psicologia Sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2007.

LAJOGO, M. et al. **Ofício de professor: leitura e escrita**. Vol. 3. São Paulo: Abril, 2002.

LEITE JUNIOR, JORGE. Transitar para onde?: monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, ago, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes; 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, GUACIRA LOPES. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate**

contemporâneo na educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MORO, Cláudia Cristine. **A questão do gênero no ensino de ciências**. Chapecó: Argos, 2001.

NERY, João W. **Erro de Pessoa: Joana ou João**. São Paulo: Record, 1984.

NERY, João W. **Viagem Solitária: memórias de um transexual 30 anos depois**. São Paulo: Leya, 2011.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista de Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, 2011, p. 11-20.

Promundo; Salud e Gênero; ECOS; Instituto PAPAI; World Education. **Trabalhando com mulheres jovens: empoderamento, cidadania e saúde**. Rio de Janeiro: Promundo, 2008. 148p.

Promundo; Salud e Gênero; ECOS; Instituto PAPAI; World Education. **Projeto H - Série Trabalhando com Homens Jovens, na promoção da saúde e da equidade de gênero (cadernos 1 a 5)**. Rio de Janeiro: Promundo, 2008.

RIOS, ROGER R. (Org.) **Em defesa dos direitos sexuais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2004.

ROGERS, BILL. Gestão de relacionamento e comportamento em sala de aula. Porto Alegre: Artmed, 2008. 256p.

SÃO PAULO, FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FDE **Preconceito e discriminação no contexto escolar: Guia com sugestões de atividades preventivas para a HTPC e sala de aula**. São Paulo, 2009. 106p.

SARMENTO, DANIEL; IKAWA, DANIELA; PIOVESAN, FLÁVIA (Orgs) **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. jun/dez 1995, v. 20, n. 2. p. 71-99.

Soares, A. H. R. Moreira, Martha Cristina Nunes; Monteiro, Lúcia Maria Costa. Jovens portadores de deficiência: sexualidade e estigma. **Ciência & Saúde Coletiva**, n. 13, v.1, p. 185-194, 2008.

VIANNA, ADRIANA. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: mapeamento e diagnóstico**. Rio de Janeiro: Cepesc. 2004.

APROVAÇÃO	DATA	
DEPARTAMENTO		
CONSELHO DE CURSO		
CONGREGAÇÃO		



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

ANEXO C
PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE “EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E
CULTURA”

Educação, Sociedade e Cultura

Ementa: Introdução à História da Educação. Sociologia da Educação. Educação das relações étnico-raciais. História e Cultura Afro-brasileira. História e Cultura Africana. Ética e Cidadania. Leitura e Produção de Textos: Estudos da Língua Portuguesa falada e escrita, da leitura, produção e utilização de diferentes gêneros de textos, registro e comunicação da experiência docente. Na carga horária destinada à Prática como Componente Curricular será desenvolvido um trabalho que promova uma discussão da importância dos valores éticos e do desenvolvimento de atitudes de cooperação e colaboração na relação professor–aluno e o desenvolvimento das capacidades de reflexão crítica constante sobre sua atuação e de tomada de decisões didáticas.

Bibliografia Básica:

ARANHA, M. L. A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 2003.

ARAÚJO, U. F. **Os direitos humanos em sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001.

BELTRÃO, O.; BELTRÃO, M. **Correspondência, Linguagem e Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

BICUDO, M. A. V. (Org.) **Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999.

BIEMBENGUT, M. S. Hein, N. **Modelagem matemática no ensino**. São Paulo: Contexto, 2003.

BOFF, L. **Ética e Moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Atualizada até a Emenda Constitucional n. 59. Brasília, DF: Senado, 2009.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/MEC, 2007.

CARVALHO, A. B.; SILVA, W. C. L. (Org.). **Sociologia e educação: leituras e interpretações**. São Paulo: Avercamp, 2006.

CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. P. (Org.). **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2001.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2013.

D'AMBROSIO, U. **A era da consciência**. São Paulo: fundação Peirópolis, 2000.

DISCINI, N. **Comunicação nos textos**. São Paulo: Contexto, 2005.

FIORENTINI, D.; CRISTOVÃO, E. M. (Org.). **História e investigação de/em aulas de matemática**. Campinas: Editora Alínea, 2006.

FIORENTINI, D.; JIMÉNEZ, A. (Org.) **Histórias de aulas de matemática: compartilhando saberes profissionais**. Campinas: Cempem, 2003.

GARCIA, O. M. **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática: as concepções de conhecimento e inteligência e a prática docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

MIGUEL, A. [et al.]. **História da Matemática em atividades didáticas**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2009.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: UNESP, 2010.

SAVIANI, D. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2010.

SILVÉRIO, V. R. **Síntese da coleção História Geral da África: Pré-história ao século XVI**/coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha, Mariana Blanco Rincón, Muryatan Santana Barbosa. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

SILVÉRIO, V. R. **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX**/coordenação de Valter Roberto Silvério e autoria de Maria Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 2013.

VAN DE WALLE, J. A. **Matemática no ensino fundamental: formação de professores e aplicação em sala de aula**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FONTE: PPP da Matemática de Ilha Solteira (<https://www.feis.unesp.br/#!/lic-matematica>).



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

ANEXO D
PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE “FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E
ESCOLARIZAÇÃO”

PROGRAMA DAS DISCIPLINAS

UNIDADE UNIVERSITÁRIA: Faculdade de Ciências e Letras
CURSO: Pedagogia
MODALIDADE: Licenciatura Plena
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: Psicologia da Educação
IDENTIFICAÇÃO: Formação da identidade e escolarização

CÓDIGO	DISCIPLINA OU ESTÁGIO	SEQUÊNCIA ACONSELHADA
PDE0615	disciplina	8º sem
OBRIG./OPT./EST./PCC	PRÉ/CO/REQUISITOS	ANUAL/SEM.
Obrigatória	Não há	semestral

CRÉDITO	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
06	90	TEÓRICA	PRÁTICA	TEO./PRAT.	OUTRAS
		45	45		

NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA			
AULAS TEÓRICAS	AULAS PRÁTICAS	AULAS TEO./PRÁTICAS	OUTRAS

OBJETIVOS: (ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:)
Pretende-se que os conteúdos dessa disciplina possibilitem ao professor tomar a escola como um espaço de construção de identidade do educando e que sua ação educativa possa a partir daí, contemplar o desenvolvimento/descoberta de potencialidades do aluno com vistas a seu desenvolvimento sexual e afetivo e a conscientização da cidadania e direitos. Estudo da constituição do conhecimento sexual e da institucionalização dos saberes acerca da sexualidade humana e da educação sexual, numa abordagem interdisciplinar. Serão feitos estudos específicos e fundamentais sobre Sexualidade e Educação, a Cultura Sexual Brasileira e a Educação sexual na sala de aula enquanto elementos que contribuem ou influenciam a identidade do aluno e a escolarização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO (Título e descrição das Unidades)
1. Sexualidade: a base de tudo – conceitos introdutórios, formação da cultura sexual brasileira, identidade sexual – a cultura sexual enquanto eliciadora das atitudes e comportamentos sexuais e da formação da identidade – educação sexual na sala de aula – o professor e a ação educativa nas questões de sexualidade, cidadania e direitos – gênero e homofobia 2. Identidade e adolescência: conceitos introdutórios, desenvolvimento psicológico e construção da identidade, introdução à adolescência 3. A adolescência normal 4. A identidade e a psicopatologia na infância e na adolescência 5. Dificuldades de aprendizagem e escolarização 6. O educador e as transformações sócio-culturais: a desorientação e a crise das autoridades 7. Processos de identificação na construção da identidade e a importância do educador; a crise da família

METODOLOGIA DO ENSINO
Aulas expositivas, discussões orientadas, trabalhos escritos, exposição e discussão de filmes.

ATIVIDADES DE PRÁTICA DE ENSINO

- Observação de situação educacionais na escola
- Entrevistas com professores e diretores de escola
- Discussão de entrevistas e de observações realizadas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. Adolescência normal. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.
- AQUINO, J. G. (Org.) *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.
- FIGUEIRÓ, M. N. D.; RIBEIRO, P. R. M. (Orgs.) *Adolescência em questão: estudos sobre sexualidade*. São Paulo: Araraquara: Cultura Acadêmica Editora; Laboratório Editorial FCL, 2006.
- GARTON, S. *História da sexualidade: da Antiguidade à Revolução Sexual*. Lisboa: Editorial Stampa, 2010.
- LEÃO, A. M. C. *Estudo analítico-descritivo do curso de Pedagogia da UNESP de Araraquara quanto à inserção das temáticas de sexualidade e orientação sexual na formação de seus alunos*. 2009. 343 f. Tese (Doutoramento em Educação Escolar). Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2009.
- LEVISKY, D. L. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.
- OLIVEIRA, M. L. *Identidade e rebeldia: estudo psicanalítico sobre uma contradição aparente*. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 1992.
- RIBEIRO, P. R. M. *Educação sexual além da educação*. São Paulo: E. P. U., 1990.
- RIBEIRO, P. R. M. (Org.) *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.
- MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para a ação. In: *DOXA – Revista Brasileira de Psicologia e Educação*. Araraquara: Departamento de Psicologia da Educação da FCL – UNESP, v. 14, n. 1, 2011, p. 75-84.
- SILVA, S. A. I. *Valores em educação: o problema da compreensão e da operacionalização dos valores na prática pedagógica*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Elaboração e apresentação de textos; apresentação de tema pesquisado; análise e crítica de situações práticas em sala de aula; participação.

CRITÉRIOS DE RECUPERAÇÃO:

Os alunos que não obtiverem nota suficiente para aprovação, deverão produzir sínteses dos principais textos trabalhados na disciplina, a partir da produção de um questionário pelo docente responsável pela disciplina com perguntas e respostas que indiquem os conteúdos não compreendidos. As questões serão retiradas dos referidos textos e as respostas deverão constituir-se em pequenas sínteses que sistematizem os conteúdos programáticos da disciplina.

EMENTA (tópicos que caracterizam as unidade do programa de ensino)

Educação escolar e construção da identidade. Conhecimento, autoconhecimento e desenvolvimento vocacional. O professor como facilitador e mediador da constituição de uma identidade de estudante. O aluno como sujeito e objeto da educação. Aprendizagem, maturação e escolarização.

APROVAÇÃO

DEPARTAMENTO	CONSELHO DE CURSO	CONGREGAÇÃO
08/05/2019		



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

ANEXO E
PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE “FORMAÇÃO DA IDENTIDADE E
ESCOLARIZAÇÃO”

PROGRAMA DE DISCIPLINA

UNIDADE UNIVERSITÁRIA: **Faculdade de Filosofia e Ciências**

CURSO: **Pedagogia**

DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL:
DASE – Departamento de Administração e Supervisão Escolar

IDENTIFICAÇÃO				
CÓDIGO	DISCIPLINA OU ESTÁGIO	SERIAÇÃO IDEAL		
	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	3º		
OBRIG./OPT./EST	PRÉ/CO/REQUISITOS	ANUAL/SEM.		
Optativa		Semestral		
CRÉDITO	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA		
02	30	TÉORICA	PCC	OUTRAS
		25	05	

NÚMERO DE ALUNOS POR TURMA

AULAS TEÓRICAS	PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	OUTRAS
Até 40	Até 40	

EMENTA

(Tópicos que caracterizam as unidades dos programas de ensino)

O curso parte das referências teóricas acerca dos direitos humanos e da cidadania, da construção histórica desses conceitos, proporcionando uma visão geral acerca dos mecanismos internacionais de proteção dos direitos.

Reflete sobre direitos humanos e cidadania como pressupostos para a democracia. Proporciona uma análise das políticas educacionais face ao ideal de direitos humanos, rediscutindo o papel dos profissionais da escola para a construção do trabalho coletivo que responda às necessidades da escola atual.

Aborda também como trabalhar as diferenças e os preconceitos na escola, pensando coletivamente sobre a construção de um novo projeto de educação em direitos humanos e para uma escola democrática.

PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR - PCC

No que se refere às PCCs, estas são atividades que integram os saberes para ensinar aos saberes a ensinar de forma que o futuro professor transponha os conhecimentos adquiridos em aula à realidade cotidiana da sala de aula na escola que irá atuar, articulando seus conhecimentos com os desafios que a educação básica apresenta.

A PCC será trabalhada de forma a favorecer o encontro do conhecimento sobre a área de estudos que é objeto deste plano, com os saberes pedagógicos, ou seja, sobre como se aprende e como se ensina esse conteúdo. Constitui a dimensão prática, contextualizada e significativa deste conteúdo curricular, que é voltado para a formação docente. A PCC, no âmbito desta disciplina, terá a incumbência de oportunizar a transposição didática dos conhecimentos historicamente construídos na área, articulando-os com os saberes didáticos necessários à formação do professor.

A PCC vai estar presente durante todo o desenvolvimento desta disciplina, sempre voltada para o percurso formativo, mediado por transposições didáticas. Em atendimento a Del. CEE nº 154/17, a referência do conteúdo a ser trabalhado será a BNCC. A PCC por sua característica de facilitadora da interdisciplinaridade, não ocorrerá apenas no âmbito deste componente curricular, mas na interação entre as dimensões teóricas ou práticas de outros conteúdos disciplinares, na forma de projetos de estudo e investigação, projetos de intervenção ou de produção, conforme o PPP do Curso.

OBJETIVOS

(Ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de):

1. Estudar a evolução histórica da ideia de direitos humanos e da educação como um direito humano;
2. Estudar as políticas educacionais atuais voltadas à educação em direitos humanos e para a cidadania;
3. Estudar práticas pedagógicas para a educação em direitos humanos da Educação Infantil ao Ensino Médio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

(Título e Discriminação das Unidades)

1a. Parte

1. Introdução:

- Direitos humanos e cidadania - evolução histórica
- Os Direitos Humanos como pressuposto para democracia
- Anos de 1980: o ideal de sociedade democrática no Brasil e a CF/88
- O papel dos movimentos sociais na busca dos direitos

2. Questões básicas:

- O debate sobre igualdade e diferença na atualidade
- Políticas para a igualdade e políticas educacionais face ao ideal de direitos humanos: LDB, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto da Igualdade Racial, Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, os Parâmetros Curriculares Nacionais e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

2a. Parte

4. Reflexões teóricas e práticas sobre as diferenças e preconceito na escola:

- Currículo e relações sociais - a questão do preconceito:

- Raça/etnia
- Gênero
- Diversidade sexual

6. Uma prática em transformação: superando o preconceito

- A escola reflexiva na busca da superação do preconceito.
- Construção de um novo projeto para uma escola democrática e que respeita as diferenças: inclusão do tema no currículo da Educação Infantil ao Ensino Médio.

METODOLOGIA DO ENSINO

- Exposição oral dialogada;
- leitura, discussão e análise de textos de referência, propostas pedagógicas para a educação em Direitos Humanos e para a Cidadania;
- pesquisa documental para constatar se e como os Direitos Humanos estão incluídos nos documentos oficiais e nos Projetos Político- Pedagógicos das escolas, da Educação Infantil ao Ensino Médio;
- reflexões sobre a teoria e a prática pedagógica constatada nas escolas na perspectiva dos Direitos Humanos;
- projeção de filmes ou documentários: materiais pedagógicos para a prática docente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ARAÚJO, Ulisses F.; AQUINO, Júlio Groppa. *Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.
- ARRUDA, E. S. Direitos Humanos – o descompasso entre a fundamentação e a efetiva promoção. In: MALHEIROS, A. C.; BARARIÇA, J.; VALIM, R. *Direitos Humanos – desafios e perspectivas*. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011, pp. 11-40.
- BITTAR, E. C. B. Estudos de ética, educação e cidadania. In: *Ética, educação, cidadania e direitos humanos: estudos filosóficos entre cosmopolitismo e responsabilidade social*. Barueri, SP: Manole, 2004, pp. 75-112.
- BITTAR, E. C. B. *Ética, educação, cidadania e direitos humanos*. São Paulo: Manole, 2007.
- BRABO, T.S.A.M. *Cidadania da Mulher Professora*. São Paulo: Icone, 2005.
- BRABO, T.S.A.M., REIS, M. (org.) *Educação, direitos humanos e exclusão social*. São Paulo: Marília: Oficina Universitária, 2012.
- BRABO, T.S.A.M. (org.) *Democracia, direitos humanos e participação popular: 50 anos do Golpe Militar*. Marília: Oficina Universitária, 2012.
- BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. *Mulheres, Gênero e Sexualidades na sociedade - diversos olhares sobre a cultura da desigualdade*. Marília: Cultura Acadêmica, 2020 - volumes I e II.
- BRABO, T. S. A. M. Democratização da escola sob uma perspectiva de gênero: um novo desafio. *ORG&DEMO*, Marília, v.5, n.1, p.55-78. 2004.
- BRABO, T. S.A.M. *Gênero, educação e política: múltiplos olhares*. São Paulo: Icone, 2010.
- BRASIL. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Secretaria de Educação Básica, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Ministério da Educação, 2007. 84 p.
- CANDAU, V. M.; PAULO, I.; ANDRADE, M.; LUCINDA, M.S.; SACAVINO, S.; AMORIM, V. O (A) educador (a) como agente sociocultural e político. In: *Educação em Direitos Humanos e formação de professores (as)*. SP: Cortez, 2013, pp. 33-53.
- CANDAU, V. M.; SACAVINO, S. B.; MARANDINO, M.; BARBOSA, M. F. M.; MACIEL, A. G. Direitos humanos, educação e cidadania. In: *Oficinas pedagógicas*

- de *Direitos Humanos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, pp. 95-125.
- CARVALHO, J.S. *Educação, cidadania e direitos humanos*. São Paulo: Vozes, 2004.
- CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G.; BRABO, T. S. A. M. Direitos Humanos das mulheres e das pessoas LGBT: inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente. In: FERREIRA, L. F. G.; ZENAIDE, M. N. T.; DIAS, ADELAIDE A. (orgs.). *Direitos Humanos na Educação Superior: subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia*. João Pessoa: Ed. Universitária da UFPB, 2010, pp. 231-276.
- CORTINA, Adela. *O fazer ético: guia para a educação moral*. São Paulo: Moderna, 2003.
- DORNELLES, João Ricardo. *O que são Direitos Humanos*. SP: Brasiliense, 2006, pp. 9-77.
- FAGUNDES, Márcia Botelho. *Aprendendo valores éticos*. 6. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- FARIA, N.; NOBRE M.; AUAD, D.; CARVALHO, M. (orgs.). *Gênero e Educação*. SP: SOF, 1999, pp. 7-76.
- GORISH, P. *O reconhecimento dos Direitos Humanos LGBT: de Stenowall à ONU*. Curitiba: Appris, 2014, pp. 22-119.
- MARINHO, G. A dimensão histórica dos Direitos Humanos e o papel da educação. In: *Educar em direitos humanos e formar para a cidadania*. SP: Cortez, 2012, pp. 23-56.
- MARQUES, R. *Valores éticos e cidadania na escola*. Lisboa: Editorial Presença, pp. 7-142.
- MUHL, E. H. (org.). *Textos referenciais para a educação em direitos humanos*. Passo Fundo: IFIBE, 2009, pp. 25-33; pp. 45-53; pp. 83-88; pp. 105-111.
- PEREIRA, M. M. *Fazendo gênero no recreio*. A negociação do gênero em espaço escolar. Lisboa: ICS, 2012.
- PINSKY, J. (org.). *12 faces do preconceito*. SP: Contexto, 2000, pp. 6-123.
- POOLE, Hilary (Org.). *Direitos humanos: referências essenciais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- REZENDE, M. J. As desigualdades no Brasil: uma forma de violência insuperável? As reflexões de Manoel Bomfim, Euclides da Cunha, Fernando de Azevedo e Josué de Castro. In: *Direitos Humanos e Educação: outras palavras, outras práticas*. SP: Cortez, 2005, pp. 25-83.
- ROSEMBERG, F. Raça e desigualdade educacional no Brasil. In: GROPPA AQUINO, J. (org.). *Diferenças e preconceito na escola – alternativas teóricas e práticas*. SP: Summus, 1998, pp. 73-151.
- TEIXEIRA, B. B. Escolas para os direitos humanos e a democracia. In: *Direitos Humanos e educação – outras palavras, outras práticas*. SP: Cortez, 2005, pp. 145-165.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. *Ensino e Educação com igualdade de Gênero na infância e na adolescência*. SP: NEMGE/CNPq. TecArt Editora, 2006, pp. 9-75.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRABO, T.S.A.M. *Cidadania da Mulher Professora*. São Paulo: Icone, 2005.
- BRABO, T.S.A.M., REIS, M. (org.) *Educação, direitos humanos e exclusão social*. São Paulo: Marília: Oficina Universitária, 2012.
- BRABO, T.S.A.M. (org.) *Democracia, direitos humanos e participação popular*. 50 anos do Golpe Militar. Marília: Oficina Universitária, 2012.
- TRAVERSO-YÉPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. S. Socialização de gênero e adolescência. *Estudos Feministas*. São Paulo, v. 13, n. 1, p. 147- 162, 2005.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
--

- | |
|--|
| 1. Frequência e participação nas discussões em sala de aula;
2. Exercícios individuais ou grupais;
3. Seminários;
4. Trabalho final.
Os alunos que ficarem para recuperação deverão submeter-se à prova escrita que será aplicada em dezembro. |
|--|

APROVAÇÃO		
-----------	--	--

DEPARTAMENTO	CONSELHO DE CURSO	CONGREGAÇÃO

ASSINATURAS DOS RESPONSÁVEIS

--

DATA

Marília, 09 de junho de 2021.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

ANEXO F
PLANO DE ENSINO DA DISCIPLINA DE “EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE,
DIVERSIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA”

PROGRAMA DE ENSINO DE DISCIPLINA			
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS UNESP - Câmpus de Rio Claro			
CURSO: LICENCIATURA EM GEOGRAFIA - NOTURNO			
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO			
IDENTIFICAÇÃO			
CODIGO	DISCIPLINA	SERIAÇÃO IDEAL	ANUAL/SEM
EDO 2017	EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE, DIVERSIDADE E RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA		1º SEMESTRE
OBRIGATÓRIA/ OPTATIVA	PRÉ E CORREQUISITO	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA TOTAL
OPTATIVA		04	60
NÚMERO MÁXIMO DE ALUNOS POR TURMA:			
DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
AULAS TEÓRICAS 60	AULAS PRÁTICAS	AULAS TEÓRICO-PRÁTICAS	OUTRAS
OBJETIVOS			
(ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de)			
Através da possibilidade de reflexão, discussão, leituras e redação de textos, interação e trocas, essa disciplina tem por objetivo a mediação da ampliação do conhecimento e a desmistificação de questões e temas relativos à sexualidade humana se utilizando das teorias da psicologia, para fornecer subsídios para a intervenção em sala de aula no que tange a políticas de educação sexual, relações de gênero e diversidade sexual na escola.			
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO			
(título e discriminação das unidades)			
O curso será dividido em cinco unidades, conforme o número de encontros, sendo que serão abordados os seguintes temas: 1ª Unidade ▪ Apresentação do curso e do tema. ▪ Lidando com a própria sexualidade. ▪ História da Sexualidade. ▪ Gênero, Identidade de Gênero e Relações de Gênero. ▪ Saúde Sexual: fatores biológicos, sociais e psicológicos. 2ª Unidade ▪ Políticas Públicas de Educação em Sexualidade. ▪ Questão de gênero na educação, na família, na comunidade. ▪ A educação em sexualidade na família e a educação em sexualidade na escola. 3ª Unidade ▪ Discussão sobre a realidade na sala de aula no que tange a sexualidade. ▪ Sexualidade e gênero nos contos de fadas.			

4ª Unidade

- Aspectos Sociais e Culturais da Sexualidade.
- Sexualidade e Gênero na mídia.
- Violência sexual e violência de gênero.

5ª Unidade

- Visita monitorada a escolas da rede pública.
- Apresentação e entrega de práticas pedagógicas sobre o tema sexualidade, diferenças e relações de gênero nas instituições escolares.
- Atividade prática em uma sala de aula do ensino fundamental I e II, ensino médio e educação infantil, juntamente com o professor da sala de aula com as temáticas de sexualidade, diferenças e relações de gênero.

Encerramento e avaliação e auto avaliação.

METODOLOGIA DE ENSINO

O curso constará de aulas expositivas, estudo dirigido, análise e discussão de textos, análise e discussão de vídeos, análise de relatos de experiências, pesquisa de campo, visita monitorada, discussão e análise de estudo de casos, leituras e elaboração de textos, trabalhos em grupos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação será um processo contínuo onde será levado em consideração:

- Registro das leituras
- Pontualidade
- Assiduidade
- Trabalhos escritos
- Participação em aula
- Seminários
- Visitas

Atividade prática

RECUPERAÇÃO (Resolução UNESP 75/2016)

Artigo 12 - Ao aluno matriculado regularmente em disciplina semestral ou anual deverá ser concedida a oportunidade de recuperação durante o desenvolvimento da disciplina, inserida no processo de ensino e de avaliação.

Parágrafo único - O professor responsável pela disciplina deverá propor os diferentes procedimentos e instrumentos que incluem a recuperação no processo de ensino e de avaliação, os quais devem ser descritos nos Planos de Ensino e aprovados pelos Conselhos de Curso e pelos Conselhos Departamentais, onde houver.

Os alunos que tiverem dificuldades com a apreensão dos conteúdos terão a recuperação paralela por meio da reelaboração dos trabalhos e avaliações, após o retorno da primeira avaliação, em cada processo avaliativo da disciplina.

EMENTA

(tópicos que caracterizam as unidades dos programas de ensino)

A quantidade de informações recebidas atualmente pelas crianças e jovens acerca da educação em sexualidade, vêm muitas vezes desvinculadas de afetividade e de valores morais, com percepções distorcidas e atitudes muitas vezes inadequadas e equivocadas do ponto de vista da sociedade na qual eles se inserem. Compreendemos que o tema da sexualidade seja inerente a todas as fases do desenvolvimento humano, dos primeiros anos de escolaridade à adolescência,

de modo que a abordagem de questões específicas sobre a sexualidade, diversidade sexual, etnias, gênero, homossexualidade, transexualidade, homofobia, misoginia, sexismo, sejam problematizadas e entendidas nas práticas pedagógicas de sala de aula por meio de todos os conhecimentos que os/as professores/as atuam e podem mediar aos/as alunos/as. É importante também identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras; assim como, demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras. Essa atuação, no entanto, ultrapassa muitas vezes o âmbito pedagógico, englobando aspectos afetivos, sociais e culturais entre outros. Para tanto, a disciplina pretende instrumentalizar, problematizar, discutir, atuar com os alunos tanto para a intervenção em sala de aula quanto para atuar como agentes multiplicadores dentro das escolas, levando toda a comunidade escolar a refletir e compreender melhor questões relacionadas à educação em sexualidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BÁSICA

- BRANDÃO, E. **Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil**. In: Heilborn, M.L. (org), **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero - Feminismo e Subversão da Identidade**. Civilização Brasileira, R. J., 2015.
- BUTLER, J. "La cuestión de la transformación social", em Elisabeth BeckGernsheim, Judith Butler y Lúcia Puigvert, **Mujeres y transformaciones sociales**. Barcelona: El Roure, 2001b.
- BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del «sexo»**. Buenos Aires: Paidós. 2002 [1993].
- BUTLER, Judith. **Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity**. Routledge, Chapman & Hall. Inc. N. Y. 1990.
- CARVALHO, M. P. de. **Um olhar de gênero sobre as políticas educacionais**. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam; AUAD, Daniela; CARVALHO, Marília (Orgs.). **Gênero e educação**. São Paulo: SOF, 1999.
- CHAUÍ, M. **Repressão sexual**. - São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CORSO, D.L. e CORSO, M. **Fadas no Divã: psicanálise nas histórias Infantis**. Artmed. P.A. 2006.
- FOUCAULT, M. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. - Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- HEILBORN, M. L. **Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil**. In: COSTA, A. & BRUSCHINI, C. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 93-126.
- LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação - uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Editora Vozes, 2003a.
- MEYER, D. E. **Gênero e educação: teoria e política**. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F.; GOELLNER, S. V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p.9-27.
- MOITA LOPES, L. P. da. **Identidades Fragmentadas: a construção discursiva de raça,**

gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

RIBEIRO, Marcos. **Menino brinca de boneca?** Ilustração Bia Salgueiro. - 2. ed. - [s. l.]: Salamandra, 2001.

SCOTT, J. **História das mulheres.** In: BURKE, Peter. (org.) **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo, Unesp, 1992, pp.64-65.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres.** Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

WEEKS, J. **O corpo e a sexualidade.** In: LOURO, Guacira Lopes (org). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo horizonte: Autêntica, 1999.

Links:

<http://educacaoemhomofobia.files.wordpress.com/2009/03/nuh-educacao-genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lopes-louro.pdf>

http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/Ribeiro_2008_1.pdf

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000200009

<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abouthis-office/single-view/news/unesco-proposes-discussions-about-education-on-sexuality-and-gender-relations-in-teachers-education/>

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2415_1724.pdf

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602010000100019

<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/982/813>

<http://www.educacao.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-etica/WEBARTIGOS/questao%20de%20genero%20na%20escola.pdf>

http://adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes_Genero.pdf

http://adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes_Genero.pdf

http://adolescencia.org.br/upl/ckfinder/files/pdf/Relacoes_Genero.pdf

<http://pt.scribd.com/doc/248038382/Aids-Prevencao-e-Cuidado>

http://www.aids.gov.br/sites/default/files/anexos/publicacao/2010/45601/prevencao_dsts_final_16_05_2011.pdf

http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=42

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/447-4.pdf>